



Anais da Assembléia

N.º 108

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 18 DE SETEMBRO DE 1.979

ANO V

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA ATA DA 102.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1.979 TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados: Basílio Zanusso e Fiori Luiz.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi, (45); achando-se ausentes os Senhores Deputados Fuad Nacli, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Fidelcino Tolentino, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Romero Filho, Trajano Bastos, Valduga, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Ezequias Losso; este último em missão cultural. (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 119/79, que trata sobre doação ao Município de Amaporã, de motoniveladora marca Caterpillar, que se encontra no 14.º Distrito do DER, sediado em Paranavaí.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) PINTO DIAS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para os Projetos de Resolução n.ºs 83 - 84 - 85 - 86 e 87/79, todos de autoria da Comissão Especial de Reforma Administrativa, que visam a autorização de plebiscito em regiões que especifica, para consulta às populações para a criação dos Municípios de Vera Cruz do Oeste, Tupãssi, Lunar-delli, Nova Prata e Cafelândia, respectivamente.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) GILBERTO CARVALHO

Apoioamento: Egon Pudell.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a devida aprovação do Plenário, consigne na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento da prestante cidadã pontagrossense, MARIA CAMPAGNOLI, ocorrido em 15 de setembro último, na Cidade de Ponta Grossa.

Era a mesma genitora da Senhora Argentina Vargas de Oliveira, esposa do Deputado João Vargas de Oliveira.

É mister, portanto, que esta Casa Legislativa também se associe ao luto pelo falecimento de tão ilustre figura principesca.

Requer, igualmente, que esta mensagem de condolência desta Casa, seja apresentada à família enlutada nas pessoas de seus familiares.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) DAVID FEDERMANN.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrita na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao COLORADO ESPORTE CLUBE, pela conquista do Vice-Campeonato Paranaense de Futebol, depois de cumprir a melhor campanha do certame desta temporada.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

A perda do título de 1.979 não tirou o brilho da melhor campanha desta temporada, que foi, sem dúvidas, a do COLORADO. Uma equipe composta por jogadores de raça e muito valor técnico, fizeram uma belíssima campanha, honrando o nome do clube e motivando a grande torcida "boca negra". O clube recebeu uma injeção de força, quando a atual diretoria, composta por elementos de valor, resolveu pôr em prática uma ação unida, resultando na participação do time no jogo decisivo, em condições de igualdade com o alvi-verde. Mesmo ficando com o título de vice-campeão do Paraná, o Colorado merece as honras e o aplauso do povo do Paraná. Cumpriram a bela campanha: Wilson, Paulo Roberto, Mauro, Ari, Caxias, Levir, Queiroz, Sidney, Gassen, Helinho, Carlos Alberto, Jorge Nobre, Osmar, Humberto Ramos, Buião, Tião Marçal, Zé Carlos, Genau, Castor, Nelsinho, Geraldino, Dr. Balão, Alcêu Lucas, Cesar, Anibal, Luiz Roberto, Medeiros, Orlando e os diretores: Renato Trombini, Max Rosenmann, José Damico, Ogier Buchi, Cláudio Manoel da Costa, Barcímio Sicupira Júnior e Avelino Souza Abreu.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao CORITIBA FUTEBOL CLUBE, pela conquista do Bi-Campeonato Paranaense de Futebol.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Sendo o Coritiba um time de grandes conquistas, sempre

prestigiado pela crônica nacional, sofre a normal pressão dos demais clubes do futebol regional, que tentam de todas as maneiras derrubá-lo durante as muitas partidas que são travadas no campeonato. Superando a tudo, o alvi-verde conseguiu chegar à finalíssima, depois de conquistar o terceiro turno do certame. E não deu outra coisa: Bi-Campeão do Futebol do Paraná. Neste momento de comemorações e festas para o pessoal do Alto da Glória, nada mais justo do que a somatória com o povo do Estado, que reconhece as qualidades do grande campeão. Fica registrado o parabéns a todos que lutaram nesta campanha, desde o mais humilde servidor do clube até o seu Presidente, Evangelino Neves. Eis os heróis do título: Mazaropi, Valdair, Gilson Paulino, Duílio, Gardel, Eduardo, Cláudio Marques, Serginho, Dionísio, Almir, Bráulio, Luiz Freire, De Rossis, Valtinho, Neinha, Chico Paulino, Freitas, Santos, Aladim, Sartori, Peninha, Borjão, Marciano, Gilberto Tim, Oswaldo Sarti, Adelino do Valle e o técnico Ênio Andrade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplauso aos Institutos das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, pela realização, em Curitiba, da 1.^a Olimpíada, a nível inter-escolar, dentro das festividades da V Semana de Atividades.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Estivemos presentes, ao lado dos Vereadores Jeferson Wanderley e Ivanir Stival, à abertura da V SEMESP, no Ginásio de Esportes do Clube Atlético Paranaense, quando constatamos a beleza e o valor desta promoção do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus. Reunindo cinco colégios, incluindo o de Nova Esperança, a festividade conseguiu atingir totalmente seus objetivos, fazendo a integração dos estudantes, numa competição alegre e sadia.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, votos de aplausos ao MM. Juiz de Direito Dr. MÉLIO URDAN, de uma das Varas Criminais da Cidade do Rio de Janeiro, pela sua atuação no caso que vitimou o operário AÉZIO DA SILVA FONSECA.

Requer, outrossim, que da presente decisão seja dado ciência ao aludido Magistrado, no endereço seguinte: Av. Atlântica n.º 2.516 - apto. 502 - Rio de Janeiro, bem como ao Excelentíssimo Senhor Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

O operário AÉZIO DA SILVA FONSECA, foi encontrado morto, após ter sido ilegalmente preso por policiais da 16.^a Delegacia da Cidade do Rio de Janeiro. Das investigações preliminares constatou-se que Aézio havia se suicidado. Todavia, como a verdade sempre prevalece, no curso da instrução criminal, o seu condutor, um Magistrado digno de ostentar este título, pressentiu que a verdade era outra. Aézio foi, isto sim, assassinado. Os policiais forjaram um suicídio por meio de enforcamento. Dado a seriedade com que o aludido Magistrado conduziu a instrução criminal e, principalmente, com o seu alto senso de justiça, é que o presente pedido se justifica.

Se isto não bastasse, teve também, o aludido Magistrado a devida honestidade de propósito no encaminhamento das

investigações, redundando no esclarecimento da verdade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM expressa manifestação do Plenário, no sentido de apelar ao ITAMARATI, para que interceda junto ao Governo Paraguai, pela imediata libertação do ex-Deputado Domingo Laino - preso político desde o último sábado, quando foi detido na Cidade de Assunção, Capital da República Paraguai.

Que da decisão, comunique-se, por Telex às Embaixadas do Paraguai, República Federal da Alemanha, Estados Unidos da América e Congresso Nacional do Paraguai, bem como da solidariedade expressada pelos subscritores, à sua esposa Sra. Rafaela Juanes Laino e família.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(aa) NILSO SGUAREZI e

GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento público a notícia da prisão política do ex-Deputado paraguaio Domingo Laino, ocorrida no último sábado, na Cidade de Assunção, depois que emissoras paraguaias divulgaram nota contestando as afirmações que aquele democrata teria proferido em Curitiba, por ocasião de uma palestra no DCE, da Universidade Católica do Paraná.

Considerando a posição destacada do Brasil no continente Sulamericano, mais ainda, quando se procura trilhar os caminhos da democracia e liberdade, com a Anistia recentemente aprovada, que libertou presos políticos e trouxe exilados de volta;

Considerando as boas relações existentes entre os povos paraguaio e brasileiro, inclusive em setores de expressão como a construção de Itaipu, ferrovia da Soja e outros;

Considerando a posição autenticamente democrática do ex-parlamentar e da legitimidade sempre demonstrada de sua oposição ao regime paraguaio, bem como de sua permanente preocupação com os pequenos lavradores brasileiros, que em grande número residem em território paraguaio;

Considerando que todas essas posições do ex-parlamentar merecem nosso apoio e respeito, há que se reconhecer o direito do Governo brasileiro gestionar pela libertação daquele ilustre político, principalmente porque seria mais um momento a demonstrar, como ocorrera quando do rompimento das relações diplomáticas com a Nicarágua, então dirigida pelo ditador Anastácio Somoza, hoje hóspede oficial do Governo paraguaio, que efetivamente o Governo brasileiro deseja lutar pela liberdade e democracia, princípios universais que não têm fronteiras e limites para sua defesa.

A expressão da solidariedade à Sra. Rafaela Juanes Laino, é devido pelo clima de apreensão que atravessa aquela família, principalmente por encontrar-se a esposa do ex-deputado no oitavo mês de gravidez e ter sido testemunha ocular da sua prisão e conhecedora de fato da tortura sofrida pelo marido, quando de sua última prisão política.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário da Segurança Pública, solicitando policiamento especial para a Escola Correcional Queiróz Filho e alertando para o fato de que grupos armados estão agindo contra este tipo de escolas em todo o Brasil, na tentativa de liberar os internos.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA.

Ao que tudo indica existe hoje uma ação, em termos nacionais, visando a liberação de internos de Escolas Correcionais. Os elementos que estão agindo são da mais alta periculosidade, pois sempre estão armados e não pensam duas vezes para atirar. Na última sexta-feira, um grupo de dez marginais, fortemente armados, provocou a fuga de oitenta e quatro menores infratores recolhidos na unidade nove da FEBEM, em São Paulo (Município de Mogi Mirim). Os bandidos estavam com muita calma e demonstravam que tudo já estava planejado nos mínimos detalhes. Eles portavam armas como revólveres calibre 38 e fuzis de repetição.

Aqui em Curitiba, neste final de semana, quase vivemos o mesmo problema, pois um grupo de assaltantes agiu contra a Escola Correcional Queiróz Filho, provocando um atentado que poderia ter sido fatal para muitas pessoas. Vários tiros foram detonados contra o portão principal daquela escola, procurando despertar a atenção da Segurança do estabelecimento, enquanto outros marginais tentavam de várias formas penetrar no estabelecimento, na tentativa de provocar uma fuga em massa. Não conseguiram, pois a reação foi imediata e oportuna. Os elementos (quatro homens e duas mulheres) estavam fortemente armados e usavam um veículo Corcel roubado. Muitos são os motivos que levam a este tipo de ação armada (tóxico, vingança, liberação de menores quadrilheiros e tantos outros), exigindo uma intervenção imediata de nossas autoridades, com melhor proteção aos internos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o plenário, REQUER a Vossa Excelência, o envio de expediente aos Senhores Amaury Stábi-le, Ministro da Agricultura e Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura do Paraná, sugerindo a criação de "cinturões verdes" nos principais centros urbanos, evitando-se assim, a ausência dos alimentos básicos e tradicionais, como o arroz, feijão, milho e batata.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

O feijão, o arroz e a batata são alimentos que dificilmente o trabalhador pode ter à mesa. A alta repentina no preço do feijão criou apreensão na classe assalariada. Em Londrina, por exemplo, a disparidade de preços é grande, verificando-se intensa remarcação nos empórios e supermercados. À medida que o produto vai se escazeando, os comerciantes aumentam os preços. Ontem, em Londrina, o feijão tipo Cariquinho estava sendo vendido a Cr\$ 28,30 o quilo. Em Apucarana, principal centro de comercialização de cereais do Norte do Paraná, apenas três cerealistas tinham o produto à venda. Em São Paulo o preço aumentou acentuadamente, pois o mercado paulista está sendo abastecido pela produção baiana.

A produção do feijão das águas foi fraca, principalmente no Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Nesse sentido é que apelamos às autoridades estaduais e federais, no sentido de se agilizar a criação de "cinturões verdes", nos centros urbanos de maior população, evitando-se assim, os crescentes aumentos e também a falta dos produtos básicos. O Brasil precisa deflagrar a guerra para a super-produção de alimentos.

Na região de Ivaiporã a produção de feijão das águas deverá atingir sessenta mil toneladas, com rendimento de vinte e quatro sacas por hectare, porém a produtividade naquela área será inferior às últimas médias.

Além do feijão, outros produtos essenciais para "encher a panela do povo", estão sofrendo majoração. Terra não é problema; a mão-de-obra está aí. O que falta? Talvez maior agressividade do nosso governo. O Brasil precisa romper os laços

com as empresas multinacionais que obrigam a plantação de produtos de exportação, como a soja, o que contribui para uma inexpressiva produção de alimentos básicos e tradicionais.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência, o envio de expediente ao Ministro da Educação, Senhor Eduardo Portela; ao Governador do Estado do Paraná, Senhor Ney Braga e ao Secretário de Estado da Educação, Senhor Edson Machado de Souza, solicitando empenho no sentido de eliminar a crise financeira que ora enfrenta a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, da Cidade de Bandeirantes, ameaçada de fechamento por ausência de recursos oficiais.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

O Norte do Paraná leu, com espanto, a manchete: "Faculdade de Agronomia de Bandeirantes pode ser fechada por total falta de verbas". A Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, de Bandeirantes, é hoje uma tradição no ensino do Norte do Paraná, região essencialmente agrícola. A crise financeira, que perdura há cinco anos, atinge atualmente níveis insustentáveis, uma vez que os Governos Federal e Estadual e a própria Prefeitura - a Fundação é municipal não têm recursos para a manutenção da escola.

Com um "déficit" orçamentário de quinze milhões de cruzeiros, a Faculdade sobrevive, basicamente, das anuidades. Uma das soluções seria aumentar em cem por cento os valores dos créditos curriculares, hipótese inviável, pois tornaria o ensino altamente elitizado.

Segundo o professor Ciríaco Gomide Alvarenga, coordenador do planejamento da Faculdade, outra saída seria tentar obter recursos no exterior, pois "verba para educação não tem no Brasil. Só para o futebol e para a seleção". Argumentou ainda o professor que, "a federalização da escola torna-se inviável pois o próprio Governador do Estado, Ney Braga, entende que transformar a Fundação Municipal em Estadual não resolveria o problema, já que não há recursos disponíveis".

O nível de ensino na Faculdade de Agronomia de Bandeirantes está ameaçado, pois o professor precisa de estabilidade e de salários condizentes. Atualmente a Faculdade desenvolve projetos na área de alimentação, saúde e educação. Se aprovados, esses projetos proporcionarão recursos para a solução da crise.

A direção da escola continua aguardando a liberação de um empréstimo de treze milhões de cruzeiros, junto à Caixa Econômica Federal, empréstimo aprovado no dia 14 de outubro de 1.977 pelo Congresso Nacional e publicado no Diário Oficial. Espera-se, também, que o Ministério da Educação libere, de maneira rápida e desburocratizada, os quarenta e quatro milhões de cruzeiros previstos pelo Ministério do Planejamento para o setor educacional.

Sem recursos, compromete-se, inclusive, o programa da Faculdade para a erradicação e controle da esquistossomose, cujo índice de contaminação é um dos maiores do Brasil, já que os resultados apontam 41,3% de casos positivos nas crianças em idade escolar e 20,1% nos adultos examinados. O fechamento da Faculdade seria uma insensatez, já que o Norte do Paraná é a região agrícola mais expressiva do País. Além do mais, o fechamento impediria que oitocentos e quarenta e seis alunos concluíssem o curso e implicaria no desemprego de dezenas de professores.

A Faculdade de Agronomia de Bandeirantes já formou quatrocentos e oitenta e um engenheiros agrônomos e nos últimos seis vestibulares (77 a 79), quatro mil, novecentos e

quarenta e oito alunos se inscreveram. Seria desnecessário afirmar da importância da escola para Bandeirantes e toda a região norte paranaense.

Há que se ponderar também, que a Faculdade foi construída pela família Meneghel, que fez a doação de uma área de sessenta e dois alqueires. O espírito comunitário da família Meneghel deve ser registrado e compreendido pelas autoridades do Estado e da Nação.

É nesse sentido que apelamos para o bom senso das nossas autoridades, no sentido de preservar a tradição da referida instituição, destinando-lhe recursos para que o ensino superior não sofra mais um duro golpe.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Souza Luz, DD. Presidente da COPEL, solicitando providências no sentido de ser estendida a Rede de Energia Elétrica à localidade denominada ALTO SÃO JOÃO no Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de ALTO SÃO JOÃO, situada no Município de Roncador, tem na sua sede inúmeras casas comerciais e conta atualmente com quinhentos habitantes, sendo que sua grande produção de milho, soja e trigo, carrega divisas inestimáveis ao nosso Estado.

E, no nosso entender é primário que se estenda a essa localidade o benefício da energia elétrica, não só para o seu desenvolvimento, mas também para que os que lá habitam tenham esse benefício tão necessário a qualquer comunidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja enviado telex aos Ministros do Planejamento e da Educação e Cultura, solicitando urgentes providências no sentido da liberação de recursos financeiros à Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", da Cidade de Bandeirantes, tendo em vista a difícil situação por que passa a aludida instituição de ensino.

Requer, outrossim, que do presente pedido seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Bandeirantes, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores da mesma cidade, bem como ao Diretor da Faculdade em tela e ao Presidente do Diretório Acadêmico, Aldo Mania, junto a mesma.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) JOSÉ TAVARES.

JUSTIFICATIVA:

Não é segredo para ninguém que o modelo político brasileiro vem relegando a educação a planos secundários. A qualidade do ensino a cada dia que passa está mais baixa. A figura do ensino pago é uma forma de dificultar e até impedir que pessoas menos abastadas tenham acesso à Universidade. A Faculdade de Agronomia de Bandeirantes, a exemplo de outras espalhadas por todo o território nacional, também vem sofrendo as consequências desse modelo elitista e concentrador. A crise financeira porque passa a mesma, começou em 1.974, e, até aqui, tem sobrevivido graças a empréstimos e às mensalidades dos alunos. Uma das soluções apontadas pela diretoria seria buscar recursos no exterior, através de convênios, uma vez que "verba para educação, no Brasil não tem. Só tem para o futebol, para a "Seleção", conforme desabafou o professor

Ciríaco Alvarenga, coordenador do planejamento da Faculdade de Bandeirantes. Existe, segundo temos informações, uma verba a ser aplicada na educação, a nível nacional, que caso a desburocratização seja superada, poderá ser liberada e com isso, quem sabe, beneficiar a instituição em crise. É, portanto, uma instituição que muitos serviços tem prestado à causa da educação e da agricultura em nosso Estado, merecendo por conseguinte, toda a atenção das autoridades governamentais e em especial deste Poder.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado pedido ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, visando a implantação de um monocal no Distrito de Mandiocaba, Município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) PINTO DIAS.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Mandiocaba trata-se de uma das áreas mais densamente habitadas do Município de Paranavaí. Conta, além disso, com diversas pequenas indústrias que carregam grandes benefícios ao município.

Porém, o referido local, resente-se profundamente com a falta de melhores meios de comunicação, fato que acarreta sérias preocupações à sua população.

Temos, por esse motivo, recebido vários pedidos de moradores do local, no sentido de solicitar junto aos órgãos competentes a instalação de telefone no distrito, o que viria trazer maior segurança e tranquilidade a todos que ali residem.

Por esses motivos é que solicitamos o preciso respaldo dos ilustres membros desta Casa, objetivando atender aos moradores dessa importante região do Município de Paranavaí.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam solicitadas do Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, DD. Secretário dos Recursos Humanos, as seguintes informações:

1.^o — Quantos servidores públicos requereram até esta data, os benefícios do parágrafo único, do Art. 142, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970?

2.^o — Quantos tiveram seus proventos calculados de conformidade com esse dispositivo?

3.^o — Quais os nomes dos interessados, em ambos os casos?

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

O Governador encaminhou a esta Casa a Mensagem n.º 94/79, datada de 17 de agosto do corrente ano, propondo a revogação do parágrafo único da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, introduzido pela Lei n.º 6.762, de 23 de dezembro de 1.970 e modificado pela Lei n.º 7.071, de 28 de dezembro de 1.978.

Ocorre, que esse dispositivo vem beneficiar apenas os servidores públicos que contem com 50 (cinquenta) anos ou mais de serviço público.

Acreditamos ser muito reduzido o número de beneficiários e não está tão indefinido o texto em vigor, a ponto de impossibilitar sua aplicação.

Além do mais, qualquer dúvida quanto à sua interpretação poderia ser dirimida através de regulamentação esclarecedora.

Nada mais justo, portanto, que tenhamos os dados necessários sobre o real alcance do dispositivo em tela, antes de tomarmos uma posição pela sua revogação.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei n.º 70/78.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(a) ANTÔNIO FACCI.

Apoiamto: JOSÉ TAVARES, WALDYR PUGLIESI, DARCY DEITOS, NESTOR BAPTISTA, CARLOS ZANLORENZI, ADALBERTO DAROS e DENI SCHWARTZ.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 135/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Fica declarado de utilidade pública o "MOVIMENTO FAMILIAR CRISTÃO" – M.F.C., com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979.

(aa) AIRTON CORDEIRO e
JOÃO MANSUR.

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente.

Os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração.

Está em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano e presta relevantes serviços à coletividade, cuja finalidade é promover os valores humanos e cristãos da família, sem fins lucrativos.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 95/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º – O Art. 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução n.º 49/76, passa a vigorar, em seu Inciso VIII, com a seguinte redação:

"Art. 39 -

I - ...

II - ...

VII - Educação;"

Art. 2.º – O Art. 52 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52 - À Comissão de Educação compete opinar sobre todos os assuntos concernentes à educação e à instrução, pública e particular."

Art. 3.º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Objetiva este projeto a adaptação, que não sendo imperativa é útil e oportuna, de um órgão técnico desta Casa aos ca-

racterísticos que a reforma administrativa impôs à estrutura funcional do Executivo.

Assim, damos à comissão especializada a denominação que mais lhe é adequada e melhor a define, além de explicitar, mais claramente, suas atribuições.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) – Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Rorário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Está ameaçada a colheita de trigo do Paraná!

As chuvas que continuam caindo em toda a Região Norte paranaense, muito embora possam ser consideradas benéficas para vários setores da agricultura, vêm trazendo enorme problema na colheita do trigo. Calcula-se que na Região Norte cerca de setenta por cento do trigo está em fase de ser colhido. Entretanto, com as chuvas intermitentes destes últimos quinze dias tem sido praticamente impossível a sua colheita que a partir desta data passa a apresentar uma sensível quebra em seu peso.

Estando na sua grande maioria seco e pronto para ser colhido não apresenta condições favoráveis de resistência para vários dias de chuva, sem que inicie o processo de germinação, que acaba por lhe diminuir sensivelmente o seu peso específico, podendo, inclusive, passar à perda total.

O trigo cuja produção é inteiramente controlada e adquirida pelo Governo, tem o seu preço certo e fixado com muita antecedência sejam quais forem as condições de produção, custo ou intempéries que possa ocorrer. Por isso mesmo, o preço fixado há quase um ano não corresponde à realidade atual, em vista do alto custo de produção. Basta dizer que somente durante o curto período entre plantar e colher tudo o que se usou para o trigo teve uma alta calculada em cerca de cinquenta por cento; a partir do óleo diesel, máquinas, defensivos agrícolas, e etc. No entanto, o preço do trigo continuou o mesmo, com a esperança do triticultor que, prevendo uma safra abundante, poderia, com sacrifício, suportar o desenfreado aumento do custo de produção.

Assim o preço estabelecido de Cr\$ 324,00 a saca de 60 quilos para o trigo básico, isto é com PH 78, poderia ser considerado suportável pois dado as condições até então consideradas boas, poderia chegar a Cr\$ 343,50 para o PH 84. E isso realmente chegou a ocorrer com uma pequena parte para aqueles que foram plantados com antecedência ou para os trigos de ciclo menor, que foram colhidos antes destas chuvas.

A maioria do trigo a ser colhido após as chuvas, deverá apresentar uma baixa de pelo menos dez pontos na classificação de seu peso específico, o que vem significar que o produtor receberá pelo seu produto cerca de Cr\$ 39,00 a menos em cada saca de 60 quilos.

Por essa razão, e para compensar os elevados prejuízos que mais uma vez vêm pesar sobre os triticultores, que na sua grande maioria têm três safras frustradas, sofreremos ao Governo as seguintes medidas:

- 1) - Todo o trigo colhido após esta data, cujo peso específico variar entre sessenta e oito e setenta e oito, será considerado como básico, para efeito de preço, isto é, Cr\$ 324,00 a saca de 60 quilos.
- 2) - Os trigos mais tardios que por ventura não sofrerem os efeitos do excesso de chuva com PH acima do básico setenta e oito, terão o seu preço fixado de acordo com a tabela já existente.

Esta seria uma maneira do Governo, através de seus órgãos competentes, procurar pelo menos estimular um pouco os triticultores que mais uma vez terão que suportar os pesados ônus de uma agricultura tão importante para o País, mas que na

verdade só tem trazido prejuízos àqueles que a cultivam.

Assim, proponho a esta Casa, que uma vez ouvido os Senhores Deputados, e sendo a mesma aprovada, que esta sugestão seja enviada com urgência aos seguintes:

Dr. Delfim Neto,
DD. Ministro do Planejamento.

Amaury Stábile,
DD. Ministro da Agricultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "No sábado à noite fomos surpreendentemente avisados pela Sra. Rafaela Juanes Laino, da prisão de seu marido Dr. Domingo Laino, ex-Deputado do vizinho Paraguai, atual vice-Presidente do Partido Liberal Radical Autêntico e Catedrático na Universidade de Assunção. Digo, surpreendentemente, porque há poucos dias o embaixador paraguaio nos tem escrito refutando as colocações da 1a. Reunião Preparatória para o 1.º Encontro das Forças Democráticas da América Latina. Diz o Embaixador naquela carta, divulgada pela imprensa estadual e nacional, que os cidadãos paraguaios gozam da liberdade de ir e vir e de se exprimir livremente. — Qual é, então, o pecado cometido pelo cidadão Domingo Laino para ser preso em sua residência sem ordem judicial ou governamental pela polícia daquele País?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez estejam pensando que estamos interferindo em assuntos internos de um outro País. Nós, no entanto, não o consideramos assim. Pois entendemos a liberdade de um povo, a liberdade de um homem, não se limita às fronteiras de um País. Os direitos do homem não conhecem fronteiras. Ainda mais quando os laços de amizade que ligam nosso povo ao povo paraguaio são enaltecidos com as obras da Ponte da Amizade, Hidroelétrica de Itaipu, a projetada ferrovia que temos e ainda estamos realizando juntos. Não podemos nos calar diante deste arbítrio do Governo paraguaio. Um governo, aliás, que adotou um regime de opressão, violência e perseguição há vinte e cinco anos, que lembra a recente situação da Nicarágua.

Este regime, Sr. Presidente, Srs. Deputados, conseguiu com métodos tipicamente facistas, expulsar mais de 600.000 paraguaios de seu País, forçando-os a um exílio involuntário; este regime do General Stroessner conseguiu matar centenas de cidadãos apoiados apenas na doutrina anticomunista, tal como o tem feito o dóspota Somoza da Nicarágua, hoje seu hóspede com honrarias de um Chefe de Estado. E não é pela primeira vez que prende e tortura o Dr. Domingo Laino. No ano passado foi necessário a interferência do Embaixador Norte-Americano e da própria ONU, para que este cidadão fosse libertado dos cárceres e das mãos impiedosas dos torturadores. Por isso, apelo a todos os Deputados de espírito democrático e libertário desta Casa, que repudiem este ato de arbítrio e violência.

O povo latino americano está cansado de ser servil aos ditadores que se instalam nos países deste continente. O povo latino americano tem um pai que lhes ensinou a viver a liberdade e a escolher seus próprios destinos, orientados na doutrina democrática de Simon Bolívar. E não será um sanguinário e maquiavélico Pinochet, Videla e nem Stroessner que lhe arrancará este ideal de ser livre, arraigado em sua alma. Torna-se insustentável uma amizade entre dois governos quando não há afinidade no importante reconhecimento dos direitos da pessoa humana. Pois, quem persegue, tortura e mata também só pode ser amigo daquele que é capaz de imitá-lo. Quem alcança uma escada ao ladrão é ladrão e meio, diz o dito popular.

O povo amigo do Paraguai grita das profundezas do

Cárcere Nacional" por uma mão que lhe auxilie na busca de sua liberdade e dos seus direitos roubados há vinte e cinco anos. E como prova de nossa real e sincera amizade, repudiamos o ato da prisão do Dr. Domingo Laino, Líder dos que têm sede por Justiça. Nos fundamos no conhecido grito popular conhecido em todo continente latino americano:

"Não queremos que nos estendam uma mão, queremos que nos ajudem a tirar as mãos que estão em cima de nós."

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente, as páginas do Jornal "Gazeta do Povo" do dia de ontem trouxe uma notícia, onde o arauto da democracia, Vereador Jamil Nakad, Presidente da ACAMPAR, prega, com o vislumbre que lhe é peculiar, de democrata autêntico, as eleições indiretas para Prefeito de 1.980 e a prorrogação de mandatos dos vereadores. Isto é mais uma piada no folclore político brasileiro, pois, enquanto todas as forças vivas da Nação brasileira, estão a clamar por uma abertura política, que se inicie com eleições diretas para todos os cargos, nós somos obrigados a ler notícias como esta, símbolo de subserviência ao sistema que tanto condenamos, símbolo de insensatez e de falta de percepção de homens que infelizmente não reconhecem os desejos do povo brasileiro e que se arvoram em defender seus interesses particulares, ou a defender um sistema já reconhecidamente falido.

Diz a Gazeta do Povo, através da seguinte notícia que:

"O Presidente da ACAMPAR, Senhor Jamil Nakad, apresentará, quando da realização do segundo encontro de Presidentes de Câmaras e Líderes de bancadas, que realizar-se-á do dia 18 a 20 de setembro no Município de Matinhos, com a proposição, sugerindo ao Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça Petrônio Portella, normas para o aperfeiçoamento da tão propalada prorrogação de mandatos de vereadores e prefeitos, facultando à Câmara Municipal, eleição indireta dos atuais mandatos dos prefeitos municipais por dois anos, como fórmula de renovação da situação atual aguardada para a eleição prevista de 1.980. Diz ele: "para que a prorrogação atinja apenas os mandatos dos vereadores, porque estes representam o consenso das forças políticas de ambos os partidos nos municípios e que seja facultada à Câmara Municipal a eleição indireta de prefeitos municipais, por dois anos, permitindo a reeleição dos atuais ocupantes, e terceiro, que seja permitido, legalmente a prorrogação de mandatos da atual Mesa Executiva das Câmaras Municipais ou a permissibilidade da sua reeleição".

Sem dúvida alguma, um verdadeira absurdo de um homem que tem a responsabilidade de representar uma Associação das Câmaras Municipais do Paraná, mas nós somos sabedores de que as Câmaras Municipais do Estado do Paraná, são compostas, na sua maioria por homens honrados, dignos e decentes, que se reunirão no Município de Matinhos a partir de hoje, votarão contrariamente a esta proposta indecorosa, indecente e anti-democrática do Presidente daquele órgão, Senhor Jamil Nakad, porque bem sabemos da formação democrática do povo do Paraná; bem sabemos que os Vereadores do Estado do Paraná nada mais fazem do que representar os anseios da sua gente, e tenho certeza que votarão contrariamente a esta proposta indecente e indecorosa do Presidente da ACAMPAR, Sr. Jamil Nakad.

Queria deixar aqui registrado, Sr. Presidente, o meu repúdio a esta proposição, porque nós do MDB, somos favoráveis a eleições para Prefeitos e Vereadores no ano que vem, para que não se perpetue nesta Nação o arbítrio, a prepotência e a ditadura.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a pala-

vra, no Pequeno Expediente, ao quarto orador inscrito, nobre Deputado José Domingos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Curitiba sediou, na semana passada, um Simpósio sobre alternativas energéticas. Do que foi dito, resta o registro de uma nota lamentável, que foi o pronunciamento, o posicionamento do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, General Oziel Almeida, nos contatos que manteve com a imprensa.

O Presidente do CNP, instado pela reportagem a respeito de indústria automobilística nacional e sobre a possibilidade da dispensa em massa de operários, que, sem dúvida alguma, iria gerar uma situação grave quanto ao aspecto social, declarou que a ele, como Presidente desse órgão, não interessavam os problemas, e sim e tão somente a situação do País, do Brasil. Como não lhe interessava também, a opinião dos outros sobre o problema.

É lamentável, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este posicionamento, porquanto o Presidente do CNP mostrou-se profundamente insensível à realidade brasileira do presente ou mais exatamente, dos problemas que afligem o povo brasileiro. Os problemas que afligem muito de perto, principalmente o setor agrícola, que vive dias de apreensão, de tensão ante a possibilidade de: primeiro, vir a faltar óleo combustível; segundo, de não ser possível atender a determinação do Governo de substituir, até dezembro do próximo ano, as caldeiras que movimentam as secadeiras das cooperativas agrícolas.

Pelo visto, o Senhor Presidente do CNP interessou-se muito pelo Brasil, e pouco pela situação dos brasileiros.

É estranho, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Como pode uma autoridade vir a público fazer tais afirmações? Qual autoridade, por mais forte que seja, pode esquecer o povo? Ou esquecer a opinião pública? Parece que não lhe cabe aqui lições de maus governantes que se esqueceram do povo, da opinião pública e se viram afastados do poder. Ainda recentemente, assistimos à queda de um poderoso governante que estava se perpetuando no poder e que se esquecendo da situação dos seus governados, foi por eles derrubado.

O que sentimos no Presidente do CNP, é que ele está defasado em relação ao tempo e ao Governo. Justamente quando o Sr. Presidente João Figueiredo proclama sua vocação democrática, procura aproximar-se do povo, sentir suas ansiedades, suas preocupações, ouvindo a opinião do povo brasileiro, vem o Gal. Oziel Almeida contar em altos brados, seu descaso pelos problemas sociais brasileiros que afetam, principalmente, as classes mais carentes.

A esse povo, é bom que se lembre, deveria o Sr. Presidente do CNP servir com dedicação, sem tomar atitudes chocantes que se atritam com o comportamento do Sr. Presidente João Figueiredo. Foi, sem dúvida alguma, um comportamento antipático e distante desse mesmo estilo que levou a PETROBRÁS a amargar hoje toda a frustração nacional pelo petróleo que não estamos descobrindo.

Como Deputado da ARENA, como político de raízes populares, acostumei-me a ouvir as grandes vozes da opinião pública, poderoso personagem que decide a sorte dos líderes queiram eles ou não. E lanço aqui o meu protesto contra essa autoridade que não vive os novos ventos que sopram no Brasil. O povo é soberano, e nos intervalos dos pleitos, fala através da opinião pública, cujos julgamentos são definitivos, porque formam a nossa história. E a história de hoje, resta dizer, condena certamente esse posicionamento do Presidente do Conselho Nacional do Petróleo".

Para completar, Sr. Presidente, quero registrar o meu apoio ao Prefeito Municipal de Curitiba, Jaime Lerner, que lança, a partir de amanhã, o sistema "Inter-Bairros", novo sistema de ônibus que vai servir, em muito, a população, principalmente dos arrabaldes curitibanos.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos solicitando o envio de expediente ao Ministro da Educação, ao Governador Ney Braga, ao Secretário de Estado da Educação, Edson Machado, solicitando empenho no sentido de eliminar a crise financeira que ora enfrenta a Fundação Faculdade de Agronomia Nelson Meneghel, na cidade de Bandeirantes, ameaçada de fechamento por ausência de recursos oficiais.

Uma crise que vem há cinco anos, e que atinge níveis hoje, insuportáveis; a direção da escola continua aguardando liberação de um empréstimo de Cr\$ 13.000.000,00 junto à Caixa Econômica, empréstimo aprovado em outubro de 77 pelo Congresso Nacional, e publicado pelo Diário Oficial.

A Faculdade de Agronomia de Bandeirantes, já formou quatrocentos e oitenta e um engenheiros agrônomos; foi construída pela família Meneghel, que fez a doação de uma área de 62 alqueires. O fechamento daquela Faculdade, criaria um problema muito grande, porque mais de 800 alunos não poderiam concluir o curso. E dezenas de professores estariam desempregados.

Então, esperamos o apoio nesta Casa.

O outro, o envio de expediente ao Sr. Amauri Stabili, ainda com relação, Sr. Presidente, a esse requerimento, e também o nobre Companheiro José Tavares, de Londrina, solicita o envio de telex ao Ministro da Educação e Ministro do Planejamento.

O outro requerimento, ao Sr. Amauri Stabili, Ministro da Agricultura, ao Sr. Reinhold Stephanes, Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, sugerindo a criação de cinturões verdes, nos principais centros urbanos, evitando-se assim, a ausência de alimentos básicos e tradicionais como o arroz, o feijão, o milho e a batata.

O feijão, o arroz e a batata, são alimentos que dificilmente o trabalhador pode ter à mesa, A alta repentina no preço do feijão criou apreensão na classe assalariada.

Em Londrina, por exemplo, a disparidade de preços é grande. Verificando-se intensa remarcação nos empórios e super-mercados. À medida que o produto vai escasseando, os comerciantes aumentam os preços. Ontem, em Londrina, o feijão tipo "carioquinha" estava sendo vendido a Cr\$ 28,30 o quilo.

Em Apucarana, principal centro de comercialização de cereais no Norte, apenas três cerealistas tinham o produto à venda. Em São Paulo, o preço aumentou acentuadamente, pois o mercado paulista está sendo abastecido pela produção baiana. A produção do feijão das águas foi fraca, principalmente no Paraná, São Paulo e Minas.

Nesse sentido, é que apelamos às autoridades estaduais e federais, no sentido de criar-se e agilizar-se os cinturões verdes dos centros urbanos de maior população, evitando-se assim, os crescentes aumentos e também a falta dos produtos básicos.

O Brasil precisa deflagrar a guerra para a superprodução de alimentos. A região de Ivaiporã, a produção de feijão das águas, deverá atingir 60.000 toneladas. Porém, a produtividade naquela área, será inferior às últimas médias. Além do feijão, outros produtos essenciais para encher a panela do povo, estão sofrendo majoração. Terra não é problema. A mão-de-obra está aí. O que é que falta então? Talvez maior agressividade do nosso governo. O Brasil precisa romper os laços com as empresas multinacionais, que obrigam a plantação de produtos para exportação tipo soja, o que contribui para uma inexpressiva produção de alimentos básicos e tradicionais.

Requerimento que esperamos também a aprovação da

Casa, ao Ministro da Agricultura e ao Sr. Secretário de Agricultura do Estado do Paraná.

Era isto, Sr. Presidente, nobres Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Chierigate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna desta Casa de Leis, para registrar o fato ocorrido ontem, em Cascavel, quando os Vereadores da ARENA votaram maciçamente na rejeição do pedido de "impeachment" contra o Prefeito Municipal de nossa cidade, comprovando com isso que a maioria dos vereadores, legítimos representantes do nosso povo, não compactuou com os que desejavam envolver a pessoa do Sr. Jacy Miguel Scanagata, neste triste episódio ocorrido em Cascavel.

E nesta oportunidade, queremos, além de cumprimentar os ilustres Vereadores, trazer a nossa solidariedade com a atitude tomada pelos ilustres Vereadores da cidade de Cascavel.

Quanto ao fato em si, preferimos aguardar o pronunciamento da Justiça, pois estamos entre aqueles que acreditam que cabe tão somente à Justiça se pronunciar neste caso, culpando ou inocentando quem quer que seja, e esperamos que esta Justiça venha a corrigir uma das maiores falhas já efetuadas contra um homem público e contra o cidadão brasileiro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Há muito tempo, definimos nossa posição e luta política. Nela não ingressamos pelo mero prazer que possa oferecer, ou em razão da estrutura do mandato e seus efeitos mais imediatos. Entendemos que, quem assim age, aproxima-se do inconsequente e são apóstolos do vazio. Ou, no máximo, são comparáveis aos pintores que projetam naturezas mortas nas paredes de navios que estão naufragando. . . Porque para aqueles — os políticos inconsequentes — como para estes pintores de coisas em efeito e vida, pouco ou quase nada resta mudar ou renovar, não são perturbados pelos detentores do poder e igualmente insensíveis tornam-se aos gritos dos violentados sociais. . .

E, por conseguinte, passam a ser obreiros de tarefas fáceis, engenheiros do conservadorismo, bajulação e subserviência, dando pinceladas de assistencialismo e montando quadros perfeitos de omissão e passividade.

Por tais razões, pretendemos rumar, neste e em outros pronunciamentos, por caminhos pouco usados e delicados. Esteramos tão somente o entendimento de que o fizemos convictos da atualidade e seriedade do assunto.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e todos sabemos disso, que o que convencionou-se denominar de Revolução de 64 no Brasil, não passa do PODER MILITAR aqui instalado, dentro de um contexto de geografia e política, que vai além das peculiaridades nacionais e do que, medianamente, se conceitua, pois compõe uma estrutura montada na ideologia estrategicamente chamada de doutrina de segurança nacional.

Doutrina está presente no Chile, Brasil, Bolívia, Uruguai, Peru, Argentina, enfim, toda a América Latina, praticamente.

Analisar a Doutrina da Segurança Nacional, não quer dizer posicionar-se contra as Forças Armadas, até porque são grupos de militares que conseguiram impor no seu seio e Nação a força especial dos regimes aplicadores da mesma.

Tal doutrina, não há dúvidas, vem dos Estados Unidos da América do Norte e foi transmitida quase sem modificações às Escolas de Segurança Nacional da América Latina. O conjunto dos cursos ministrados nas escolas militares norte-ameri-

canas é impregnado de elementos dessa doutrina, que foi fundada à época da guerra fria, nascida do antagonismo Russo-Americano, e oferece toda estrutura para instalar-se ou manter um Estado forte ou uma determinada ordem social. Praticada sua corrente em quase todos os países sul-americanos, através da geopolítica são conceituados aspectos e objetivos, desde o conceito de nação até a idéia do mundo, com a idéia da bipolaridade. Nação é traduzida como se fosse uma vontade só, um único projeto, poder e poderio que se exprime pelo Estado. Por incrível que possa parecer, a visão da Nação é vista como um todo homogêneo dotado de uma única vontade. . .

Seu ideólogo tem concepções estranhas, como a de que somente as elites são aptas a escolher os objetivos nacionais e escolher soluções às massas. E essa elite, entendem, só se encontram no meio militar.

A idéia básica colocava a segurança como ponto inicial e definitivo. Foi só em 1.967, com Mac Namara, é que os norte-americanos fazem alteração na Doutrina de Segurança Nacional, ao pregar que "não há segurança sem desenvolvimento". E, de imediato, como não poderia deixar de ser, os latino-americanos fazem eco a essa modificação. Tudo forjado nos Estados Unidos, para felicidade geral dos países do terceiro mundo e capitalistas. . .

Na América Latina, há diversos professores da geopolítica. Destacam-se os geopolíticos, Gal. Golbery do Couto e Silva (no Brasil) e o Gal. Augusto Pinochet, professor de geopolítica durante muitos anos no Chile. Defendem três grandes objetivos os geopolíticos brasileiros: ocupação de um território imenso e de espaços vazios do País; expansão na América Latina em direção ao Pacífico e ao Atlântico Sul; e a formação de uma potência mundial.

E, se fizermos uma pesquisa, analisando as Leis de Segurança Nacional, que passaram a proliferar em todos os países norte-americanos, cujos sistemas militares institucionalizaram a prática da violência aos Direitos Humanos, vamos ver, em todas, que não possuem outra finalidade, senão "salvar" a democracia.

Todas, vale repetir, foram idealizadas e formalizadas tendo como motivação a necessidade de salvar e respeitar os postulados democráticos. Mas o que se viu e o que se vê é que a democracia pretendida é vista mais como algo a ser salvo, do que efetivamente posta em prática. E então passa a ter um sentido tutelar, isto é, a "Democracia o povo terá, mas como recompensa, se bem comportado, num futuro que não sabemos quando virá, e, pois, nem que Democracia será".

Esse posicionamento nos faz lembrar algumas religiões que se cristãs, mas esquecem o grande testemunho a ser dado e alcançado pelos cristãos está nos Evangelhos, cujo conteúdo nos obriga à prática permanente em busca da libertação integral do homem, em todos os seus valores, inclusive os materiais e sociais. E os pregadores buscam a rígida concepção de "infernos e demônios", pautando por ameaças e temor de um Deus carrasco e truculento, sob pena da perdição humana implacável e eterna. À esses, não importam a miséria dos seus irmãos, a fome crescente e devastadora, as profundas injustiças sociais, as violências à dignidade de cada indivíduo, ou o esmagamento e violação dos Direitos do Homem, ficando evidente que preocupam-se em salvar mais a religião do que o homem. Numa atitude equívoca que coloca entidades e organismo acima do homem em vez de em função do próprio homem. Em síntese, em nome de uma democracia distante, imaginada e não praticada, são impostas restrições ou até anulações das liberdades democráticas e dos direitos individuais. Nessa caminhada, truculência e intolerância passam a compor o dia-a-dia da sociedade, com excessos, continuamente, sendo cometidos, em que pesem as promessas freqüentes dos dirigentes de que "a democracia virá, num processo ora de distensão lenta e gradual, ora ao término de determinado governo

ou de uma abertura rumo à Democracia", antes relativa agora à brasileira . . . , como se tais qualificações fossem possíveis existir.

E, quando a sociedade não suporta mais a tutela, deseja ser titular de seu destino, agente ativo de sua história, pressionando em busca da liberdade e maior justiça a todos, não faltam aqueles que querem o retrocesso, pois seus interesses escusos são visíveis: desejam a manutenção do "status quo", deles são profundos serviços ou estão se locupletando como senhores da terra e barões do capital. Se há iniciação de abertura, querem fechá-la; quando o regime fecha, querem maior arrocho. Aí então surgem os focos de reação, contrários à distensão política, apologistas de que a Segurança Nacional, como arquitetura — logicamente sem nenhuma consulta à opinião popular — é a única certa e ideal, passando a ver em tudo e em todos que esboçam a menor crítica, contestam ou procuram meras divergências, como sendo inimigos da Pátria, porta-vozes de Moscou, fazendo tábua rasa de que "o perigo comunista está sempre à espreita", suspeitando da existência de demônios em toda parte, colocando sob grave suspeita a universidade, a igreja, sindicatos, jornalistas, oposição mais conseqüente, além de transformarem a coisa pública, como se fosse propriedade exclusiva do Governo e não de seu povo, acrescentando-se a já progressista panfletagem de direita, como que nutrindo a especulação de inviabilidade democrática e do estado de direito num País subdesenvolvido como o nosso.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, viemos a esta tribuna, para que possamos colocar, colaborar, melhor dizendo, quanto à desmistificação do que em nome da Segurança Nacional, tudo se faz, tudo é possível e tudo é justificável, de protelar-se a democracia através da guerra fria do anticomunismo, do anti-sindicalismo, ou de anti qualquer coisa, a ação ou pessoas que não se submetam àqueles que estão no poder ou querem assegurar a continuidade do mesmo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vale também analisar os resultados do campo político, econômico e social desta mesma doutrina, porque há estreitas ligações entre o sistema político de segurança nacional e o sistema social onde o primeiro se impôs.

Depois de tantos anos de regime militar, onde o autoritarismo político militarista serviu como adequado instrumento para que a classe dominante permanecesse com seu poder oligárquico burguês, é justo e necessário que se diga que a parcela grande de responsabilidade pelo atual estado da sociedade brasileira a esse sistema e a esse regime que se implantou, pois não é só no campo político das liberdades, dos postulados dos direitos humanos, da cidadania de cada um, que há sérias violações, os desastres sociais falam mais alto e estão aí. Foram acentuados dramaticamente as desigualdades do País. Poderíamos aqui ver vários aspectos, mas vamos nos reduzir a apenas alguns.

A estrutura da propriedade rural não mudou. Há, ao contrário, visível tendência concentracionista no campo, eliminando o pequeno proprietário rural e transferindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a miséria do campo para a miséria da cidade. A produção agrícola é incentivada pelo Governo para exportação a fim de fazer frente à comprometida dívida externa de financiar o aumento de importações. O valor real dos salários baixou terrivelmente nos últimos anos . . .

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida.

. . . em 15 anos, fazendo com que esse aumento do salário que deveria existir e não existiu, deixasse a triste estatística: 80 por cento da população constituídos de pessoas à margem da sociedade. Basta compararmos o salário mínimo de 1.975 com o de 1.958 e veremos que diminuiu em 50 por cento o valor real desse salário.

Hoje temos, Sr. Presidente, segundo a última pesquisa

por amostragem domiciliar do IBGE, portanto, dadas do Governo, 25,7 por cento dos milhões de brasileiros fixados nas áreas urbanas que sobrevivem com ganhos inferiores ao maior salário mínimo e a estes se somam 15,5 dos milhões de patrícios situados na área rural e que estão passando fome.

A divisão da renda nacional é aviltante. Entre 1960 e 1.970, 1 por cento da população brasileira, formando a categoria de renda mais elevada, teve sua parte no produto global aumentada de 11,7 por cento para 17 por cento, enquanto que a classe operária, empregados de baixo nível e os artesões em geral, tiveram a sua parte diminuída de 17,7 para 13,7 por cento.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. NELTON FRIEDRICH — Tem o Deputado ilustre o aparte, e a seguir, continuamos esses dados reais.

O Sr. Gernote Kirinus — Nobre Deputado Nelson Friedrich, é com certo temor que faço o aparte a Vossa Excelência, e o meu temor prende-se a ter que interromper a eloqüência, inclusive a coerência do seu pensamento.

Mas, não quero deixar de parabenizá-lo e dizer que Vossa Excelência acertou em cheio quando referiu-se, no início, dizendo que as instituições, as entidades ou mesmo as organizações políticas em base na doutrina de segurança nacional, prevaleceram sobre o homem, dizendo que o interesse maior é salvar as instituições, as entidades e as organizações, e se esqueceram de que, na verdade, deveriam se dirigir em função do homem e salvar o homem.

Gostaria de lembrar aqui que muito bem colocado por Vossa Excelência, muitas igrejas e religiões também se prestam a preocupar-se mais em função da própria entidade religiosa, da própria igreja ou da própria instituição, e despreocupar-se com o homem, e que vem se confrontar com a mensagem evangélica, como muito bem o Senhor disse.

E lembro aqui a passagem que Cristo é confrontado com a lei do sábado, lei judaica seguida com todo o rigor. E quando lhe é perguntado a respeito da lei, Ele pergunta: o sábado foi feito em função do homem, ou o homem em função do sábado?

E talvez caberia esta pergunta: a Democracia é feita em função do homem? As organizações, os sistemas, os regimes econômicos são feitos em função do homem, ou é o homem que está em função deles?

E quando nós falamos em homem, também devemos dizer que nos referimos a um ser, a uma criatura divina criada sob a imagem de Deus, e portanto, com toda a integridade e respeito que ela deve merecer por sua própria origem.

Este homem está situado, datado e está inserido dentro de um contexto social. Portanto, não podemos também fugir da segunda parte do seu pronunciamento que agora ouço com muita atenção, quanto ao aspecto social, a marginalização do homem no contexto social, onde o homem vive e de onde ele retira a sua integridade ou passa a ser marginalizado.

Ouçó, portanto, o final do seu discurso com muito prazer e meus parabéns, nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, e cabe aqui dizer, que foram exatamente os representantes da igreja e principalmente a igreja católica, que no Chile e no Brasil elaboraram um sério documento contra a doutrina da segurança nacional e da geopolítica, dizendo que inclusive em nome destes postulados está se matando a democracia nos países latino-americanos.

Mas, continuo, Sr. Presidente. Poderíamos também, aqui, fazer referência a outros dados da realidade, não só o aspecto salarial, como o número de habitantes que recebem água corrente, que teve diminuída a participação em números absolutos nos principais centros, conforme estatísticas. E nós poderíamos analisar tão somente São Paulo, onde também o número de habitantes ligados à rede de esgoto caiu no decurso da década de 60/70.

Em suma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para não repetir o que a Nação inteira é testemunha e está vivendo, os trabalhadores são os grandes prejudicados pelo sistema implantado. E por trás disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica nítido que algo mais que a preocupação quanto à segurança nacional existe, parece-nos claramente, que está servindo também, infelizmente, para legitimar uma determinada política social, consequência de determinado modelo econômico, que sacrifica os trabalhadores, por força de um modelo de industrialização que existe fundado na exploração do trabalhador; e os camponeses grandes sacrificados também, pois formam o enorme contingente de excedentes de mão-de-obra, transferidos do interior para os setores médios e superiores da cidade, a fim de favorecer, portanto, os setores minoritários do País.

É preciso evidenciar ainda, que não foram só as classes dominantes locais, as burguesias nacionais, a ajudar na articulação de forças que tomaram o poder via golpe militar, está evidente hoje, que empresas multinacionais intervieram, quer nos processos preparatórios, dos golpes de estado, militares, quer na derrubada enfim, dos regimes antes existentes.

E depois, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois que tais golpes, passaram a constituir-se num dos polos de desenvolvimento da economia, num modelo de desenvolvimento escolhido e em franca expansão. Além das empresas multinacionais, já as empresas estatais, que estão transformando uma classe interessante, a da burguesia de Estado; e cada vez mais associados aos grupos transnacionais, na tecnologia de capital privado, onde as pequenas ou médias empresas, diretas e indiretamente sofrem influências das multinacionais; e as grandes empresas do capital privado, estão também proximamente ligadas a esse capitalismo monopolista internacional.

Enfim, há um capitalismo dependente, ou como querem alguns autores, um capitalismo associado às multinacionais, às empresas estatais e às empresas do capital privado nacional, mas praticamente a estatal e a privada, numa dependência ora de tecnologia, ora de capital, e ora das condições de mercado, às empresas multinacionais.

E é certo que estas empresas e estes agrupamentos não querem maiores mudanças na base social deste regime. E é por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que pese o nosso tempo ser pouco para continuarmos o desenvolvimento, porque voltaremos a este assunto; é importantíssimo que tomemos uma posição, que se chegue ao entendimento de que geopolítica na maneira como foi idealizada, que a doutrina de segurança nacional traz aí os terríveis resultados sociais, com gravíssimas desigualdades, com aviltamento do homem, em nome de uma segurança em nome de uma doutrina que não foi idealizada aqui pelo Brasil e pelos brasileiros, mas que mais uma vez, é importada e ofertada pelos ianques, pelo norte-americano, através ora dos MacNamara, ora dos cursos que são feitos na West Point, daquele País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a herança desta implantação da doutrina de segurança nacional, traz desigualdades terríveis em todos os setores do poder, tanto no econômico como no social.

Mas, quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a hora é de grandeza, de defesa realista, corajosa, intransigente, dos interesses nacionais e de melhorar-se a qualidade de vida do nosso povo, tão marginalizado e inseguro, na sua angustiante luta pela sobrevivência.

A estrutura do sistema econômico, adotado pela geopolítica e doutrina de segurança nacional, se inviabilizou. Há que se proceder mudanças profundas e estruturais, para tanto são imprescindíveis os grandes debates nacionais. Devemos reavaliar as inúmeras e sérias questões sobre o tipo de política social que se permitiu nos últimos quinze anos. Foram praticados nefastos acordos, concessões, decisões contrárias aos interesses maiores do povo, exatamente porque não existiu

a contradita, a análise livre, o debate amplo, a participação popular.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a hora é de grandeza, se o momento é de extrema importância, também passa a ser de definição. Ou a "linha dura" é suplantada nos setores militaristas, ou estaremos em breve num novo impasse. Tomara que possamos iniciar o amplo diálogo.

Nós que estamos fora, e os que estão dentro dos quartéis. Ou esses setores das Forças Armadas participam da grande marcha em busca da paz e da justiça social, ou poderemos ter novas investidas contra a libertação dos oprimidos e a convivência pacífica entre os homens de um mesmo país.

E o papel do poder militar poderá estar numa encruzilhada: a primeira, em ver a Força Militar lutando ao lado dos que desejam a alteração estrutural da Nação, possibilitando transformar este País num verdadeiro líder do terceiro Mundo, mas líder vanguardeiro do Direito Humano, da liberdade e da justiça social, como destemido defensor dos postulados democráticos, para que, exemplarmente, se processem em nossa Pátria, a democracia, facultando a liberdade a todos, mas não se esquecendo nunca de que nós devemos sim, nos despregar das amarras norte-americanas destas pseudo-doutrinas, que colocam o País numa visão de bi-polaridade, como se nós só tivéssemos no mundo os poderes russo e americano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o outro caminho desta encruzilhada, é ver o Brasil envolvido na triste liderança do desrespeito a esses postulados democráticos, propagando um clima de insegurança e arbítrio, exportando pseudo-revoluções, golpes, e a força da opressão e do arbítrio, como co-partícipe dos regimes truculentos e violadores dos direitos do homem.

Triste exemplo, degenerador exemplo de que assim não estaremos defendendo os interesses nacionais e os interesses maiores da própria humanidade, porque, afinal de contas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a Lei de Segurança Nacional, instrumento formal da doutrina de segurança nacional, embasada na teoria da geopolítica, se tudo isso não resolveu o problema nos quinze anos; se, ao contrário, aguçou a problemática nacional; se, ao contrário, semeou maiores ódios; se as desavenças entre irmãos foram ampliadas, se tudo isso é o resultado prático dessa implantação, significa tudo isso que precisamos mudar e queiram nós, a classe política menosprezada, que queiram o povo brasileiro e as forças militares, possam marchar juntos, para fazer esta mudança estrutural da sociedade, para que um sistema econômico tenha resultados sociais mais justos e adequados.

Ficamos na expectativa, Sr. Presidente, e vai aqui, para terminar, a nossa posição pessoal, que possam os setores militares entenderem que este é o grande momento: ou nos transformamos num Líder do Terceiro Mundo, na luta pela democracia, pela liberdade, pela justiça social, pela igualdade dos homens, ou estarão, mais uma vez, patrocinando, participando ou avalizando, a truculência e a prepotência que não traz paz, nem tranquilidade nem solução, aos irmãos desta humanidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando voltarmos a este assunto, porque é amplo e necessário, haverá necessidade, mais do que nunca, que o povo brasileiro inicie a discussão de uma doutrina de segurança nacional, mais uma vez incorporada dos norte-americanos, mas que provou, na prática, que não serve para nós. Vamos pois, todos, estudar, criticar, e ter a coragem, não passiva e subserviente, aguardar o que vem para ver o que acontece.

Vamos todos partir unidos, nesta luta clara e decisiva, de que é só mudando a estrutura econômica, social e política, que mudaremos o quadro da triste realidade brasileira.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No horário reservado ao DMB, concedo a palavra, por sete minutos, ao Sr.

Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Entendemos que tudo o que se deu aos professores suplementaristas do Estado, até hoje, foram paliativos e econtra-se nesta Casa de Leis mais um, senão vejamos:

Primeiro paliativo: em 13 de dezembro de 1.973, em represália, e como forma de impedir o sucesso, na Justiça, das reclamatórias trabalhistas iniciadas naquele ano pelas entidades de classe, a Associação dos Professores do Paraná — APP e a Associação dos Professores Licenciados do Paraná — APLP, o Estado criou o Quadro do Pessoal Suplementar, através da Lei nº 6.508, que, para os professores se beneficiarem do salário-família, assistência médico-hospitalar, tão somente apenas nos últimos anos também licenças, só para tratamento de saúde e para gestantes, tiveram descontadas, como os demais professores efetivos, as obrigações da Previdência Social.

Portanto, foi uma lei paliativa, bem paliativa mesmo, pois o professor continuava à margem da lei: fora do regime estatutário e celetista, sem quinquênios, sem licenças-prêmio, numa instabilidade a toda prova, além de trazer outros problemas sensíveis. E o Estado não podia criar esta lei como pretendo terceiro regime, visto que a Constituição Estadual (art. 81), reza claramente que o terceiro regime é a própria CLT. Portanto, inconstitucional.

Segundo paliativo: o segundo paliativo veio criar um sério problema social, que foi a dispensa de cinco mil suplementaristas. Trata-se do Decreto nº 1.495, de 16 de janeiro de 1.976. Portanto, nem paliativo foi. Foi, isto sim, um "desgracativo", que estabeleceu uma carga-horária de 44 horas de aulas semanais. Aumentando o serviço dos professores em 120 por cento, sem a devida remuneração.

A observância, para distribuição de aulas extraordinárias, do tempo de serviço ininterrupto, no estabelecimento, ao invés do tempo ininterrupto no Estado, reduziu os vencimentos.

Ora, aumentar a carga horária, reduzir os vencimentos, estabelecer critérios discricionários, semear até o ódio entre os próprios professores, é fazer o que? É semear a desgraça, a deseducação, é cometer infrações. E o rol de conseqüências funestas é incontável.

Terceiro paliativo: enquanto se deplora a instabilidade de uma lei ilegal e inconstitucional, portanto o tempo foi o juiz justo e honesto, provou que os professores foram enganados. E provou também que o Governo foi um verdadeiro infrator da Lei. Vem mais um Governo que se diz disposto a solucionar o problema social causado por aqueles dispositivos abitrários e "disposto" a fazer justiça social. Só se vê uma solução justa a estabilidade dentro do Quadro Próprio do Magistério, porém, não é isto que o Governo propõe, portanto, este mais um, é mais um a enrolar os professores, a continuar a fabricar dispositivos ilegais, inconstitucionais e acima de tudo, injustos. A proposta do Governo, isto é, a estabilidade no Quadro do Poder Executivo, é paliativa, é uma injustiça e pretende apenas, estabilizar, prejudicando todo um concurso, reduzindo-lhe as vagas e reduzindo as férias do professor, e adotando uma série de critérios sem nexo algum. Pretende-se, portanto, continuar criando uma legislação estapafúrdia que a cada dia se altera e se contradiz, primando sempre por desrespeitar os mais elementares direitos: a remuneração condigna e enquadramento no Quadro Próprio do Magistério, melhores condições de trabalho.

Estamos legislando em Educação, e os que têm realmente o direito de decidir, são os mestres; se os médicos são os que melhor entendem de medicina, os pecuaristas os que melhor entendem de gado; os engenheiros os que melhor entendem de engenharia, os professores são os que melhor entendem de Educação e sobre ela devem decidir.

E aqui está a sua participação, a sua decisão, apresen-

tando-nos um substitutivo fruto de muitas reuniões, de muitos debates e de muitas assembleias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, será uma nova e real afronta, se não ps atendermos, pelo que, se apela para a sua aprovação. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente estamos propondo um requerimento pedindo informações à Secretaria dos Recursos Humanos, porque o Governo enviou a esta Casa um plano de lei revogando a Lei 6762, de 23 de dezembro de 1.975, e especialmente um artigo que é um Plano de Lei elaborado pelo Deputado Paulo Camargo e pelo Deputado Maurício Fruet, que foi transformado em Lei, a 28 de dezembro de 1.978.

Nós estamos indagando, eis que, como sabem os Senhores, esta lei beneficiava os funcionários com mais de 50 anos de vida funcional no Estado. Não é possível, Sr. Presidente, que uma lei tenha tão curto prazo de duração, seja tão instável assim, que agora este Governo pretenda revogar uma lei que ficou em vigor ou que está em vigor há exatamente 8 meses.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa divulga no Congresso das Câmaras Municipais, uma tese da ACAMPAR — Associação das Câmaras Municipais, propondo que, as eleições diretas para Prefeitos em 1.980, próximo ano, sejam feitas de forma indireta, através dos Srs. Vereadores, escolhendo os novos Prefeitos, isto porque, tem-se, como fato consumado, a prorrogação dos mandatos.

A propósito disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu Partido evidentemente não pode concordar com uma tese esdrúxula, com uma idéia casuística como esta. (Lê):

"Lamento ter que vir à tribuna deste Parlamento para criticar e rebater idéias que hoje ameaçam conspurcar a dignidade e o civismo das nossas Câmaras Municipais de Vereadores.

Venho, não para enfrentar a figura do legislador municipal. Venho para defendê-lo daquilo que alguns politiquinhos, quicá à cata de receberem as benesses do arbítrio e da prepotência, passam a falar em nome e pela valorosa classe de vereadores.

Venho, como ex-Vereador, dizer que a imensa maioria destes homens, participam da vida pública brasileira, não pelos irrisórios subsídios que percebem, mas pelo idealismo que a todos anima. Pela inabalável confiança que os impulsiona a colaborarem em prol de suas comunas e municípios como membros, como cidadãos e como legisladores.

Venho enfim, convocar os Vereadores paranaenses para que refutem a tese infeliz que a sua associação - ACAMPAR, em má hora, propõe a discussão no Congresso de Câmaras Municipais, ao pretender que os Vereadores do Paraná endossassem a nefasta prorrogação de mandatos — câncer de qualquer regime democrático.

Acredito que a formação democrática dos nossos vereadores, verdadeiros e legítimos representantes do povo paranaense, por si só, haverá de rechaçar esta medida antidemocrática, ilegítima, e o que é o pior, imoral.

O verdadeiro dono de qualquer mandato político é e não poderia deixar de sê-lo, o POVO. Prorrogar este mandato que tem tempo certo e lugar definido para ser exercitado, significa, antes e acima de tudo, desrespeitar o povo, roubando-lhe um direito que não pode ser alienado e suprimido. Só nas ditaduras é que o povo não vota e tem sido na eleição dos nossos vereadores, pelo sufrágio direto e secreto que se salvou. alguma coisa da nossa debilitada democracia. Extinguir a única reserva moral da política brasileira, é a mesma coisa que enodar por completo a história brasileira. Se alguns poderosos e prepotentes amordaçaram a Nação, impedindo-a de manifestar-se livre e politicamente, que não seja por parte dos autênticos representantes do povo, desfechado o golpe moral ao espírito

de LIBERDADE E DEMOCRACIA, que agora renasce por todos os quadrantes da Pátria.

Se os nossos vereadores pleitearem, por iniciativa deles mesmos, a hedionda figura ditatorial da prorrogação de seus mandatos, então sim, que os céus se apiedem desta Nação, porque tudo está perdido. Nação e Povo algum se encontrou na História Humana, quando perdeu a dimensão moral da vida. Quem pleiteia a prorrogação de seu próprio mandato, sem a expressa manifestação do povo, evidentemente que perdeu a dimensão moral da representatividade, condição básica e fundamental da legitimidade do próprio mandato.

Aos vereadores o momento impõe a resistência democrática e jamais a capitulação. A abertura política é a soma e resultante desta resistência - jamais da benevolência ou liberalidade dos donos do poder.

Talvez tenha sido até providencial que sob a roupagem da adoção de eleições indiretas para prefeitos, se pretenda na realidade tirar a moção de apoio à prorrogação dos atuais mandatos de vereadores. Providencial porque ensinará aos nossos vereadores não apenas repelirem esta torpe e casuística solução, mas de reafirmarem com dignidade e altivez, que nossos vereadores não abdicam da legitimidade e da moralidade pela representação eletiva.

Quero crer, e espero esteja certo, Sr. Presidente, que nossos vereadores saberão, neste Congresso de suas Câmaras Municipais, não comprometerem a história do MUNICIPALISMO BRASILEIRO, muito menos deslustrando a figura digna e honrada aos nossos idealistas legisladores municipais. Espero verem ratificados os protestos do municipalismo, nunca antes tão castigado, como nos últimos anos, exatamente quando a democracia claudicou. Espero ver nossos vereadores apresentando sugestões e reivindicando direitos às suas comunas, porque tenho a certeza de que os homens que hoje detem mandatos eletivos nos municípios brasileiros, não costumam legislar em causa própria, pelo contrário, são os abnegados e muitas vezes, anônimos heróis da construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

O autêntico vereador, não é aquele que busca prorrogar o seu mandato, mas sim aquele que busca dignificá-lo mais e mais, porque ele fala pelo povo e quem fala pelo povo, jamais consentiria que este ficasse à margem de qualquer decisão deste gênero. Os que querem mais mandato, recandidatem-se.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao nobre Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, nobres Deputados. Nestes poucos meses que estou nesta Casa de Leis, tenho procurado respeitar a todos os representantes do povo do Paraná que aqui têm assento, quer sejam da bancada da ARENA, quer sejam da bancada do MDB.

Tenho afirmado continuamente que o respeito deve ser mútuo, deve ser recíproco. Tenho meus inimigos políticos e os conquistei no dia, no ano de 68, quando dissemos um "pare" nas inescrupulosas coisas e fatos que ocorriam em minha cidade. E é com satisfação que digo e afirmo que tenho inimigos. Eles não são merecedores de referências aqui nesta Casa de Leis. Estou aqui e tenho certeza de que a maioria dos Deputados também, com a finalidade altruísta de prestar serviços ao povo paranaense.

No entretanto, afirmei e reafirmo neste momento, a todos os nobres Deputados, que não me furtaria a palavra de vir salientar o meu posicionamento político contra os inimigos do povo de Ponta Grossa se preciso fosse.

A convicção idealista que me impulsionou na política e que me impulsiona até hoje, determina deixar de lado aqueles, "enquanto os cães latem nós vamos passando". E estamos aqui, hoje, nos referindo a um pronunciamento do Deputado Nestor

Baptista na última sexta-feira.

O Deputado Baptista sabe disto, pois na escadaria deste prédio afiançei-lhe, uma vez que não desejava ocupar esta tribuna para falar dos seus amigos do MDB, de Ponta Grossa. Estou neste plenário, face o que disse realmente o Deputado Nestor Baptista, na última sexta-feira, referindo-se às comemorações dos 156 anos de Ponta Grossa.

A palavra deste Deputado teve como objetivo colocar as coisas de forma completamente irreal, de forma completamente inverídica. Disse Sua Excelência, Deputado Nestor Baptista entre outras coisas, hoje aquele município tem a frente de sua administração um Prefeito que saiu dos quadros da Oposição. Realmente, Sua Excelência não deve saber o significado da palavra administração senão não o teria empregado nesta frase.

E continuam as inverdades, contra-afirma o Deputado Baptista, contra todas as represálias dos poderosos que não conseguiram admitir a derrota, o município continua a crescer.

Realmente, o município continua a crescer, mas Sua Excelência Deputado Nestor Baptista, se fosse honesto consigo mesmo deveria ter completado sua frase: "continua o município a crescer, sem outras interferências, a não ser o das classes empresariais, do comércio, da indústria, do seu povo, e da ARENA autêntica de Ponta Grossa.

E sobre as represálias, quais? Já sei. São as que estão sendo cometidas atualmente? Certo. Realmente aí Sua Excelência tem razão. Lá, na verdadeira acepção da palavra política, não faço política só em microfones e em comícios, faço política planejando, administrando e propiciando à minha gente o que realmente ela precisa.

Em 1.968, quando dissemos que iríamos tirar Ponta Grossa da letargia econômica, que iríamos oferecer empregos aos chefes de família, que esmolavam onde trabalhar, afirmamos, fizemos e realizamos.

Quando afirmamos que Ponta Grossa precisava se industrializar, estabelecemos um plano pioneiro no Estado. Fizemos, cumprimos; oferecemos mais de quinze mil empregos direta ou indiretamente, ao povo de nossa cidade.

Quando dissemos que colocaríamos Ponta Grossa que estava em sétimo lugar, no ICM, em terceiro, fizemos e o realizamos, hoje ela está em terceiro lugar no ICM do Paraná.

Quando assumimos a Prefeitura de Ponta Grossa, o seu orçamento era de pouco mais de Cr\$ 6.000.000,00, hoje o orçamento é de Cr\$ 400.000.000,00. Foi trabalho, Deputado, foi planejamento, não atual. E hoje, aguardo que Vossa Excelência diga alguma coisa a respeito do hoje, da administração entre aspas, municipal, de Ponta Grossa. Se Vossa Excelência fala em poderosas represálias, não entendemos bem, a não ser que sejam os poderosos, todos aqueles que empreenderam o desenvolvimento da minha terra. Sejam poderosos pela dedicação e pelo idealismo, ao trabalho, à sua gente.

Represálias, talvez Vossa Excelência tenha se referido às represálias atuais, aos maus intencionados, àqueles solapadores do Erário público. Aí Sua Excelência está com a razão.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Antes de mais nada, causa-me até bastante surpresa, nobre Deputado, a sua preocupação em considerar-se um dos poderosos aqui mencionados. Não tive jamais a intenção. Porque no Paraná, apesar da máquina poderosa implantada já de há muito tempo, não conheço em nenhum homem da ARENA, a condição de poderoso. Nem do meu partido. Poderoso existe apenas um.

Diz o Senhor que eu não sei o que é Oposição, não sei o que é administração. A administração que este País vem tendo e que Ponta Grossa também teve, foi a resposta que os políticos

têm encontrado nas eleições. O Senhor fez uma Prefeitura, não entro no mérito: boa ou má; industrializou Ponta Grossa, impregnou Ponta Grossa das multinacionais, que tomam conta do parque industrial daquela cidade e ao ser disputada uma eleição, o Senhor perdeu para um homem da Oposição. O candidato apoiado pela Prefeitura de Ponta Grossa foi derrotado, por um homem da Oposição.

E mais além, quando falo em represálias e quando falo em poderosos, devemos acompanhar e o Senhor sabe mais que todos nós aqui, porque vive o dia a dia de Ponta Grossa, que o Governador do Estado, Governador anterior, fez de tudo para perseguir todos os municípios que tinham à sua frente, Prefeitos do MDB; e Ponta Grossa, foi violentamente prejudicada pelo Sr. Governador.

E não há Prefeito, por mais forte que seja, por mais ajuda do povo que tenha, que possa governar, perseguido por um Governador. E foi o que aconteceu na Cidade de Ponta Grossa. E não fiz aqui também nenhuma menção à atuação do nobre Deputado que ocupa a tribuna. Mas não tenho medo algum em afirmar:— houvesse eleição hoje em Ponta Grossa ou amanhã, em que participasse o seu inimigo político Luiz Carlos Zuk, não teria dúvida alguma em afirmar, que seria mais uma vez, o mais votado na Princesa dos Campos.

O SR. CYRO MARTINS — Quem?

O Sr. Nestor Baptista — Carlos Zuk, seu inimigo político.

Isso, para ser honesto comigo mesmo, como disse Vossa Excelência.

Porque o meu pronunciamento foi no sentido de dar ao povo de Ponta Grossa o seu valor, não de enaltecer imagem de político algum, porque ainda, no meu pronunciamento, se o Senhor me permite rapidamente eu dizia:— que a festa de Ponta Grossa, nos 156 anos não é do Governador, ou de qualquer membro do governo, que deve receber homenagem, mas sim, comemoradas conquistas, conquistadas pelo povo de Ponta Grossa.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. CYRO MARTINS — Deputado Nestor Baptista, não vamos aqui dialogar se houvesse uma eleição hoje, o que iria acontecer em Ponta Grossa. Não vamos dialogar sobre isso, porque nós iríamos nos estender por muito tempo, e se Vossa Excelência observasse e analisasse bem minhas primeiras palavras, não me referi àqueles meus inimigos que tenho lá.

Continuarei nesta linha sempre, a não ser que seja obrigado a vir em Plenário, atacá-los da forma que devem ser atacados, mas não serei eu, como inimigo declarado que sou, daquelas pessoas que lá estão, que vou ocupar esta tribuna, a não ser que eu seja realmente provocado.

Não aceito, não concordo com os termos "poderosos" e "represálias". Se houve problemas do Governador Jayme Canet Júnior em não atender a administração municipal de Ponta Grossa entre aspas, é realmente justificado, inclusive com os ataques que Sua Excelência que senta no poder municipal hoje, fez ao nosso Governador Jayme Canet Júnior, em Natal. Está registrado, inclusive, se não me falha, até aqui nesta Casa de Leis.

O ataque que foi feito, atingiu a todo o Paraná, e mais, este ataque foi totalmente leviano, porque foi feito num Estado fora do Paraná e disse Vossa Excelência também que o Prefeito não executa, não administra, não realiza sem o poderio, sem a ajuda do Governo Federal, do Governo Estadual. Eu contesto suas palavras.

Para realizar e planejar o que fizemos em Ponta Grossa, não contei com a ajuda do Governo Estadual. Foi um trabalho só das duas classes produtoras, um trabalho só da nossa gente de Ponta Grossa.

Não contei, e afirmo a todo instante, a toda hora, porque

é a realidade. Nenhum dos Governadores da minha época me ajudou, nenhum Governador de minha época foi ajudar a nossa administração a estabelecer um plano industrial. Pelo contrário, eles foram plagiar e levar para outros municípios.

Portanto, também é verdade de que não se realiza uma administração municipal sem a colaboração do Governo. Concordo com isso?

Com a palavra o Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Nós estamos ouvindo com muita atenção, uma espécie de apologia que se faz dos executivos de Ponta Grossa. Vossa Excelência é um velho companheiro de Ney Braga, desde as lides em que o Paraná começou a renascer. Temos em Vossa Excelência o respeito e sabemos que Ponta Grossa, graças ao seu tirocínio administrativo, hoje tem dois Deputados Estaduais: Vossa Excelência e o Deputado David Federmann.

Em que pese o respeito que tenho, e a admiração pelo Prefeito Luiz Carlos Zuk, meu particular amigo, hoje Ponta Grossa não tem um representante do MDB. Por que? Talvez por causa desse poderio da orientação do Governo Ney Braga, e em seqüência do Governo Jayme Canet Júnior, que viessem representar Ponta Grossa, dois Deputados da ARENA.

Então, talvez como dizia Rui Barbosa, a posteridade seja testemunha, porque vemos Vossa Excelência, hoje criticado; Vossa Excelência que serviu de espelho para os Prefeitos paranaenses; que levou o complexo industrial para Ponta Grossa; que engrandeceu o nosso partido, a ARENA, o nosso Governo liderado sempre por Ney Braga, quando Governador e quando Ministro da Educação e Cultura; um homem que toda a vida olhou pelo Paraná. Que indicou Canet Júnior para seguir seus passos, e Canet, honestamente, seguiu os passos de Ney Braga.

Vossa Excelência não pode ser criticado injustamente numa tribuna, quando vem falar a verdade. Em que pese a minha amizade por um ex-Colega nosso, homem que também está fazendo uma bela administração, que não pertence à nossa bancada, o Prefeito Luiz Carlos Zuk.

Mas, não podemos deixar de "dar a Cesar o que é de Cesar". Vejam Ponta Grossa antes de Cyro e depois de Cyro. Vejam o Paraná antes de Ney Braga, e o Paraná após Ney Braga.

Vamos deixar as quizílias políticas de lado. E hoje, quando passamos na Princesa dos Campos, vemos as chaminés das indústrias, poluidoras talvez, mas que carregam benefícios e levam tranqüilidade aos lares dos operários.

Porque, Ponta Grossa, com todo o respeito que temos por aquela cidade pioneira, tem, hoje, as melhores indústrias do Estado, quando, ontem, eram apenas homens puxando arado, rabicho de arado.

Hoje, ali, vemos máquinas e os mais altos complexos industriais, graças à abertura que Vossa Excelência deu. Abertura que os incompreendidos não de compreender.

Nobre Deputado, os homens humildes de Ponta Grossa fizeram jus a Vossa Excelência, votando em Vossa Excelência, porque Vossa Excelência deu trabalho a quem precisava de trabalho, pão a quem precisava de pão.

O nosso respeito a Vossa Excelência e um "basta" àqueles que não querem enxergar quem deu a Ponta Grossa esse impulso gigante.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MARTINS — Obrigado, Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Del Ciel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).— Infelizmente, com muita brevidade, mas nós, em Londrina, conhecemos o mesmo emperramento de engrenagem com que se defronta o nosso companheiro Luiz Carlos Zuk, em Ponta Grossa. Uma engrenagem montada e viciada no poder, por muitos anos, que resiste à Oposição,

quando conquista esse poder.

E tenho a registrar tão somente a nossa contrariedade, a nossa tristeza, em ver o eminente Deputado Cyro Martins se declarar, efetivamente, inimigo de Luiz Carlos Zuk.

Até diria, eminente Deputado, que quando ocupava a Secretaria da Indústria e Comércio, Luiz Gonzaga Pinto, de Ponta Grossa, não se apresentava como inimigo de Luiz Carlos Zuk, mas inimigo de Ponta Grossa. E o poder público estadual, realmente, lutou para emperrar a administração municipal de Ponta Grossa.

Em Londrina, enfrentamos a mesma situação.

Mas, vejam Londrina de antes do governo MDB, e Londrina de hoje, após três administrações de prefeitos emedebistas.

Ponta Grossa também é uma conquista da Oposição de nosso Estado, através do nosso grande companheiro Luiz Carlos Zuk. E tenho certeza que, povo que bebe água da Oposição não volta a beber a água do partido de Vossa Excelência.

E o próximo pleito eleitoral, se o vosso partido não determinar a prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos, porque a ditadura está aí sempre a negar ao povo, a oportunidade de votar, de participar de um processo de redemocratização, veremos Luiz Carlos Zuk, como candidato, nos braços do povo, como há alguns anos passados.

Oportunamente, com mais tempo, voltaremos a debater com Vossa Excelência, que merece o nosso respeito, o assunto ora focalizado.

Mas, Londrina passou, há muitos anos, o que passou Ponta Grossa nos dois últimos anos. E Ponta Grossa, felizmente, volta a respirar um ar de perspectivas e de esperança nos novos dias que estão a se tecer no cenário da política paranaense e brasileira.

Muito obrigado.

O SR. CYRO MARTINS — Deputado Del Ciel, é evidente que não concordo com parte de suas palavras, embora tenham sido pronunciadas com todo respeito.

Porque, o orçamento de uma Prefeitura que transformamos, que a ARENA transformou, de Cr\$ 6.000.000,00 para Cr\$ 400.000.000,00, não é por ineficiência, é com muito trabalho e com muita administração que a ARENA realizou e colocou Ponta Grossa onde ela está hoje.

Só para completar, caro Deputado Nestor Baptista, admiro-o e quero continuar a admirá-lo, mas vamos deixar de lado os problemas de Ponta Grossa e vamos trabalhar aqui com todo o idealismo em prol de nosso Paraná.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 45 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Airton Cordeiro e João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203/78 - de autoria dos Deputados FIDELCINO TOLENTINO e ACCIOLY NETO, que eleva para 21 (vinte e um) o número de vereadores da Câmara Municipal de Cascavel (anexo Projeto de Lei n.º 78/79, do Deputado Renato Bueno, com o mesmo objetivo). Parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO da C.C.J., por unanimidade.

EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.
O SR. ERONDY SILVÉRIO — Requeiro a Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. Solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

37 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Em votação o Substitutivo do Projeto de Lei n.º 203/78 **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 104/77 - de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de São Pedro, com sede e divisas que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 104/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de São Pedro, com as seguintes divisas:

Ao **Norte**, com os Distritos de Ouro Verde e sede, pelo Rio Santa Quitéria, a partir da divisa entre as Fazendas "Aparadão" e "Santa Izabel", segue rio acima, até encontrar a divisa entre a Colônia São Francisco e a Colônia Rio Quarto;

Ao **Leste**, com o Distrito de São Francisco, por uma linha seca reta, divisa entre a Colônia Rio Quarto e Colônia São Francisco, partindo do Rio Santa Quitéria em direção sul até encontrar o Rio São Francisco Falso - braço Norte;

Ao **Sul**, com o Município de Céu Azul, pelo Rio São São Francisco Falso - Braço Norte, desde a divisa entre a Colônia Rio Quarto e a Colônia São Francisco até encontrar a divisa entre as Fazendas "Aparadão" e "Santa Izabel";

Ao **Oeste**, com o Distrito de Luz Marina, pela divisa entre as Fazendas "Aparadão" e "Santa Izabel", partindo do Rio São Francisco Falso - Braço Norte, até encontrar o Rio Santa Quitéria, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1.979.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

O surto desenvolvimentista que vem apresentando a região oeste do nosso Estado, está a exigir mudanças administrativas a fim de que o progresso não encontre entraves e gere distorções.

A localidade de São Pedro, no Município de Toledo, pelo seu grande desenvolvimento, já mereceu o reconhecimento como Distrito, pela Lei Municipal n.º 581, de 23/10/70. Com o presente projeto de lei, queremos agora convalidar aquela manifestação municipal e proporcionar melhores condições para o desenvolvimento daquela rica região de nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 104/77

P A R E C E R

O presente projeto de lei, de autoria do eminente Deputado Egon Pudell, pretende criar no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de São Pedro, com divisas que especifica.

O projeto de lei está devidamente instruído com os documentos hábeis, previstos no Art. 9.º, da Lei Complementar

n.º 2, de 18 de junho de 1.973.

Por estas razões, o parecer é favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 06 de junho de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, Relator.

COMISSÃO ESPECIAL

PROJETO DE LEI N.º 104/77

PARECER

Pela aprovação em face ao cumprimento das exigências legais.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1.979.

(aa) JURANDIR MESSIAS, Presidente;

Nilso Sguarezzi, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/78 - de autoria do Deputado ACCIOLY NETO e outros, que dá nova redação ao artigo 129, da Lei n.º 6.174, de 16/11/70. (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.—

PROJETO DE LEI N.º 47/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 129, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 129 — Computar-se-á, para todos os efeitos legais:

I - o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, desde que remunerado;

II - o período de férias não gozadas na administração estadual, contado em dobro;

III - o tempo de advocacia até o máximo de 10 (dez) anos, comprovado pela inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil ou contribuições ao Instituto Nacional de Previdência Social ou certidões expedidas por cartórios de foro judicial, para ocupantes de cargos efetivos para cujo provimento se exige habilitação de Bacharel em Direito”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1.978.

(aa) ACCIOLY NETO, ENÉAS FARIA, FIDELCINO

TOLENTINO e LUIZ GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Esta Casa, recentemente, aprovou emenda ao Projeto de Lei n.º 12/78, de autoria do primeiro signatário, pela qual seria permitida a contagem de tempo de advocacia, até o máximo de 10 (dez) anos, para os membros do Ministério Público.

Essa reivindicação já é antiga, e havia sido solicitada nesta Casa pelo segundo signatário, por se tratar de benefício já concedido aos membros da magistratura.

Enquanto isso, o terceiro signatário, em emenda apresentada em projeto em tramitação nesta augusta Assembléia Legislativa, solicitava extensão da contagem a todos os funcionários públicos titulares de cargos para os quais seja exigida habilitação de Bacharel em Direito.

Estudando todas as proposições, o quarto e último signatário concluiu que, para não se tornar discriminatória, a norma em tela, já adotada em São Paulo e em outros Estados da Federação, deveria ser aplicada em relação a todos os servidores públicos estaduais.

Em nosso Estado, a exemplo de São Paulo, essa norma apareceu pela primeira vez em nossa legislação, nos dispositivos da Lei n.º 5.809, de 15 de julho de 1.968 (Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado), cujo artigo 140, permitia, em seus §§ 1.º e 2.º, tal contagem, para os efeitos de aposentadoria, disponibilidade e acréscimo de vencimentos, até

15 (quinze) anos, para o desembargador nomeado em uma das varas do quinto constitucional, e, até 10 (dez) anos, em favor dos magistrados de carreira.

Recentemente, ou mais precisamente, no ano de 1.975, através de sua Resolução Normativa n.º 1/75, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado, em seu artigo 132, decidiu que a referida contagem de tempo deveria ser procedida para todos os efeitos legais.

Acontece, que o referido dispositivo não foi incluído entre aqueles que foram referendados por esta Casa, a fim de revestir-se de lei.

Por outro lado, tratando-se de lei específica para a magistratura, os demais servidores que foram atingidos pelo benefício, tornando-se essa norma discriminatória até que possa a beneficiar todos os servidores em idênticas condições, para que não se torne inconstitucional.

Ao tramitar nesta Casa o Projeto de Lei n.º 12/78, o segundo signatário apresentou emenda propondo a contagem do tempo de advocacia para os membros do Ministério Público. Tendo em vista que o Ministério Público é regido por Estatuto próprio (lei complementar), Sua Excelência, o Governador do Estado, houve por vetar tal dispositivo.

Não se pode negar, entretanto, que o direito à contagem de tempo de advocacia aos demais servidores já foi reconhecido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a que a sua implantação, através do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado parece ser a forma ideal para essa finalidade.

Quanto à constitucionalidade deste plano de lei, cremos que, desde que se fala em “contagem recíproca de tempo de Serviço”, os Tribunais Federais têm se pronunciado no sentido de que os Estados podem ampliar as modalidades de contagem de tempo de serviço estabelecidas “a priori” pela Constituição Federal, desde que não venha invadir a competência e a autonomia da união ou dos municípios.

Se a contagem de tempo de advocacia é deferida, atualmente, aos magistrados de quase todas as unidades de federações, senão de todas elas, por quais motivos os demais servidores ocupantes de cargos para os quais seja exigida a condição de Bacharel em Direito deverão ficar marginalizados de tal benefício?

Considerando-se que o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis é norma geral, aprovado o presente projeto de lei, bastará uma pequena adaptação no Estatuto do Magistério e uma emenda (já elaborada pelo Deputado Fidelcino Tolentino) no projeto que trata do Quadro de Procuradoria Geral do Estado e estará sendo cumprido o preceito básico do direito de que “todos são iguais perante a lei”.

Quanto à parte fina da proposição, trata apenas de revogar dispositivos inócuos, cujos textos foram inteiramente revogados na ocasião em que a Lei n.º 6.174/70 foi sancionada.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 47/78

PARECER E RELATÓRIO

A ilustrada proposição visa dar nova redação ao artigo 129, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

O projeto, na realidade, apenas acrescenta ao dispositivo vigente o inciso terceiro, propiciando aos ocupantes de cargos efetivos para cujo provimento se exige habilitação de Bacharel em Direito, a contagem de até o máximo de 10 (dez) de exercício de advocacia, comprovados pela inscrição na O.A.B. ou no I.N.P.S. ou por certidões expedidas por cartório do foro judicial.

Trata-se, pois, de uma revisão da lei existente e da reparação de uma lacuna existente, entendendo-se sem aplicação, no caso, o dispositivo na letra “c”, do § 1.º, do art. 25, da Carta Estadual.

O projeto em tela não encontra, portanto, óbice algum de natureza legal ou constitucional que o impeça de ser devidamente apreciado pelo augusto Plenário.

Opina-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09 de agosto de 1.978

(aa) PAULO CAMARGO, Presidente;

MUGGIATI FILHO, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 47/78

PARECER

1. O presente plano de lei, de autoria do ex-Deputado ACCIOLY NETO e outros, visa dar nova redação ao art. 129, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970 (Estatuto do Funcionário Público Estadual).

2. Esta matéria devidamente estudada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3. Quanto aos aspectos que cabe a esta Comissão de Finanças examinar, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é FAVORÁVEL ao referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1.979.

(aa) AGUINALDO PEREIRA LIMA, Presidente;

TADEU LÚCIO MACHADO, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 47/78

PARECER

De autoria do ex-Deputado Accioly Neto e outros, o projeto visa dar nova redação ao art. 129, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970 (Estatuto do Funcionário Público Estadual).

As doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já se pronunciaram sobre a matéria, emitindo pareceres favoráveis.

A justificativa que acompanha o projeto é convincente, e não havendo qualquer impedimento, quanto ao mérito, que se lhe possa antepor, somos pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1.979.

(aa) WILSON FORTES, Presidente;

JURANDIR MESSIAS, Relator.

Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Deferido.

Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

17 Srs. Deputados o aprovam; 18 Srs. Deputados o rejeitam.— Rejeitado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/78 - de autoria do Deputado OSVALDO MACEDO, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Arquiteto Jaime Lerner. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 70/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Benemérito ao Arquiteto JAIME LERNER.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 1.978.

(a) OSVALDO MACEDO.

JUSTIFICATIVA:

Jaime Lerner é hoje uma das mais altas expressões intelectuais do Paraná.

Seu nome convive, de igual para igual, com a elite de peritos em urbanismo atuantes nos centros especializados do mundo.

Não há simpósio ou congresso, onde os problemas urbanos constituam o núcleo do temário, que a autoridade do arquiteto Jaime Lerner não seja invocada.

O paranaense Jaime Lerner, como urbanista, tornou-se presença obrigatória onde quer que se pensem ou repensem questões ligadas à qualidade de vida do homem, que é, segundo ele entende, o objetivo básico da política urbana.

Toda essa projeção, da qual o Paraná tanto se orgulha, procede do êxito que constituiu o exercício do cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. De tal forma que se poderia dividir a história administrativa e paisagística da Capital em duas etapas bem distintas: antes e depois da gestão de Jaime Lerner.

A transformação modernizadora que operou em Curitiba só pode resultar de uma genial vocação para vislumbrar o novo a partir de realidades aceitas como definitivas. E de singular habilidade para abrir caminho, por entre mil obstáculos, onde as prioridades naturalmente se alinhasssem numa ordem hierárquica modelar.

Jaime Lerner devolveu a cidade ao homem, tornando-a mais humana e aprazível, mas ao mesmo tempo lançou as bases de sua sustentação econômica, aliando com sucesso o binômio trabalho-lazer.

Sua larga visão do futuro se reflete na preparação de Curitiba para ser a grande metrópole do ano dois mil, isentando-a do pesado tributo lançado pela imprevidência à maioria dos centros urbanos.

Da aguda sensibilidade histórica, são testemunhas as medidas concretizadas na preservação do nosso patrimônio artístico e cultural, onde permaneceu, não o velho, mas o verdadeiramente tradicional, que é essência mesma do passado histórico.

De Jaime Lerner, para não alongar, poder-se-á dizer em síntese que é um cidadão, um profissional, um paranaense, cuja personalidade enriquece o patrimônio comum dos seus concidadãos e que a sua fecunda obra, pelos abundantes frutos, cobre o Paraná de benefícios e a sua gente de justo orgulho.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 70/78

PARECER

1. Partilho entre aqueles que põem cobro ao número desmesurado de planos de lei, que objetiva atribuir títulos honoríficos.

2. Não raro, tais homenagens são atribuídas a personalidades que se destacam de algum modo sem, no entanto, preencher de maneira cabal, os requisitos da relevância dos serviços prestados ao Estado.

3. Verificamos mesmo, que aqui nesta Casa, foram apresentados número elevado de proposições neste sentido, muitas convertidas em mandamento legal, a personalidades nacionais sem uma razoável identidade com a causa paranaense, descurando a impossibilidade que se pretende atribuir àqueles cujo reconhecimento é imperativo.

4. Não obstante, a pessoa que se pretende homenagear através do presente, julgo estar entre aqueles que efetivamente grangearam méritos ao justo tributo da comunidade paranaense.

5. Das mais notáveis foi a participação do ex e atual Prefeito JAIME LERNER, não só voltado à Capital, mas, sobretudo aos demais municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, bem como, a outras comunidades do Estado.

6. Trata-se de administrador de escola, que está a receber não só o reconhecimento de outras unidades da Federação como, sobretudo, o fato de ser freqüente as solicitações da comunidade internacional, visando ministrar conhecimentos a respeito da obra inovadora em favor da Capital paranaense.
7. Avulta na presente proposição a constatação da iniciativa ser da lavra de um membro destacado da Oposição, nesta Casa, do curso da Legislação anterior, o que indubitavelmente reúne ao mérito da autorga e exprime o somatório da vontade de ambas as bancadas. Na sua justificativa o autor alinha entre outras considerações "JAIME LERNER" é hoje uma das mais altas expressões intelectuais do Paraná.
8. Por achar que o projeto encontra-se de modo a merecer o seu acatamento, nosso parecer é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em
(aa) NELTON FRIEDRICH, Presidente;
JOÃO ELISIO, Relator.

Sobre o referido projeto, foi apresentado requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci e outros, no seguinte teor:

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões, o Projeto de Lei n.º 70/78.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1.979."

Em votação o requerimento.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 41/79 - de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que denomina "Irmã Maria Leônia - Ensino de 1.º Grau", a Unidade Escolar localizada na Quadra 80, do novo Loteamento urbano da Prefeitura Municipal de Guaíra. Parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 41/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada IRMÃ MARIA LEÔNIA — ENSINO DE 1.º GRAU a Unidade Escolar localizada na Quadra n.º 80 do Novo Loteamento Urbano da Prefeitura Municipal de Guaíra, nessa cidade, Estado do Paraná.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1.979.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

Maria Cristina Biesford que, como religiosa recebeu o nome de Irmã Maria Leônia, nasceu aos 21 de setembro de 1.908, na Cidade de Santa Cruz do Sul - RS. Iniciou, aí também, seus estudos elementares indo depois a Porto Alegre, no Colégio Bom Conselho, onde os completou.

Ingressou na congregação das Irmãs Franciscanas em São Leopoldo, concluindo nesta cidade os estudos na Escola Superior de Música Carlos Gomes.

Dedicando-se sempre à educação das crianças e dos jovens, trabalhou em Pelotas, Canguçu, Santa Maria (RS) Dourados MS e Guaíra. Foi em Guaíra que empenhou o melhor de suas forças, tanto pelas exigências de uma realidade em que tudo estava para ser construído, como pelos anos de serviço aqui prestados. Por isso compreendemos o amor que a ligava ao povo desta cidade.

Quando aqui chegou, em 21 de abril de 1.960, as condições para o Ensino eram bastante precárias. No período de 18 anos exerceu o magistério, demonstrando em todos esses

anos, dedicação exclusiva, elevando o nível Cultural, social e moral dos alunos. Foi uma das pioneiras do Educandário Nossa Senhora do Carmo. Dirigiu com sacrifício os trabalhos de construção do prédio onde atualmente funciona o mesmo Estabelecimento. Faleceu aos 25 de setembro de 1.978, deixando a todos nós, ao povo de Guaíra, uma mensagem de desenvolvimento das aptidões pessoais e de dedicação ao próximo, sem fazer distinção de credo, classe, raça ou cor.

Uma vida dedicada exclusivamente à causa da educação, com parte de maior atividade na cidade de Guaíra, merece que de uma maneira nobre, seu nome seja a denominação de um educandário.

Pelo exposto, empenho-me junto aos nobres Pares na aprovação do presente plano de lei.

OK
Voto

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 41/79

OK

Art. 1.º — Fica denominada "IRMÃ MARIA LEÔNIA — ENSINO DE 1.º GRAU" a Unidade Escolar localizada na Quadra n.º 80 do Novo Loteamento Urbano da Prefeitura Municipal de Guaíra, com sede e foro no Município de Guaíra.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 41/79

PARECER

De autoria do ilustre Deputado FRANCISCO ESCORSIN, o presente projeto de lei, tem por finalidade denominar de IRMÃ MARIA LEÔNIA — ENSINO DE 1.º GRAU, a Unidade Escolar localizada na Quadra n.º 80 do Novo Loteamento Urbano da Prefeitura Municipal de Guaíra, nesta cidade, Estado do Paraná.

A própria justificativa, deixa bem claro o mérito de se prestar tal homenagem à educadora e religiosa falecida, Irmã Maria Leônia, pelos relevantes e incontáveis serviços prestados a Guaíra, onde empenhou o melhor de suas forças pelas exigências de uma realidade em que estava para ser construída.

Não ferindo qualquer dispositivo legal ou constitucional, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do substitutivo geral, que apresentamos anexo, para melhor atender a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100/79 - de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras — ARA — da Cidade de Arapongas. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 100/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS — ARA —, com sede e foro na Cidade de Arapongas, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em agosto de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada como de utilidade pública, tem como finalidade principal a recuperação pela psicoterapia de grupo, às pessoas dadas ao vício do alcoolismo, sem qualquer remuneração pecuniária, com todas as organizações similares, quer legalmente constituídas, quer em fase de organização, para proporcionar a recuperandos e recuperados, readaptação junto a familiares e à sociedade.

Com isso, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis para a aprovação do presente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 100/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, o presente projeto de lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras - ARA, com sede e foro na cidade de Arapongas, neste Estado.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento, pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do Instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Paulo Camargo, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 116/79, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que cria no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Nova Altamira, com as divisas que especifica. Parecer Favorável da Comissão Especial, por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 116/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Nova Altamira, com as seguintes divisas:

I — DISTRITO DE VILA DINIZ — Ao Norte: Confronta com o Município de Borrazópolis, divisando pelo Córrego Lajeado (água acima) medindo em linha reta da barra do Rio Ivaí, até a linha dos lotes de nºs 104 e 102, num total de 9.400,00m (lotes de nºs 524, 525, 552, 529, 539, 537, 538, 533, 534 e 535).

Ao Nordeste: Confronta com a localidade de São Domingos e Primavera, e com os lotes de nºs 102, 99, 100, 101 e 593, do lado da localidade de Vila Diniz, com os lotes de nºs 104, 535 e 594, divisando por três linhas retas, com as distâncias de 1.900,00m; 1.500,00m e 2.000,00m, daí confronta com o lote nº 593, da localidade de São Domingos e Primavera, com o lote de nº 596 da localidade de Vila Diniz divisando pelo Rio Azul medindo em linha reta 0,99m. Daí confronta com os lotes de nºs 860, 14, 13, 12 e 10, pertencentes à localidade de São Domingos e Primavera. Do lado da localidade de Vila Diniz, confronta com os lotes de nºs 596, 598, 608 e 11, divisando por linhas retas com as distâncias seguintes: 400,00m; 2.150,00m; 4.600,00m, 650,00m; 300,00m, chegamos assim às margens do Rio do Peixe.

Ao Sul: Confronta com o Município de Grandes Rios, divisando pelo Rio do Peixe, medindo em linha reta até a barra do Rio Ivaí, em 8.550,00m.

Ao Sudoeste: Confronta com o Município de Jardim Alegre divisando pelo Rio Ivaí, medindo em linha reta até a barra do Córrego Lajeado, Ponto PP em 9.750,00m. Fechando o poligonal do perímetro do Distrito de Vila Diniz, em

43.400,00m.

II — DISTRITO DE SÃO DOMINGOS — Ao Sudoeste: Inicia em um marco de cerne PP cravado no ponto comum dos lotes de nºs 102 e 104, às margens do Córrego Lajeado (lado esquerdo). Daí confrontando com a localidade de Vila Diniz e com os lotes de nºs 104, 535, 594, 598, 608 e 11, do lado da localidade de São Domingos, com os lotes de nºs 102, 99, 100, 101, 593, 860, 14, 13, 12 e 10 divisando: 1) Por três linhas retas com as distâncias de 1.99,00m, 1.500,00m, 2.000,00m; 2) Pelo Rio Azul, medindo em linha reta 900,00m; 3) Daí por 6 (seis) linhas retas com as distâncias mais ou menos de 400,00; 150,00m; 1.300,00m; 4.600,00m; 300,00m. (A distância total da divisa com a localidade de Vila Diniz é 15.700,00m). Daí confronta com o Município de Grandes Rios, divisando pelo Rio do Peixe (água acima), até o marco de cerne cravado na divisa dos lotes de nºs 644 e 645, no ponto comum do Rio do Peixe, medindo em linha reta 6.500,00m. (os lotes do Distrito encostado com o Rio do Peixe são os de nºs 10,09, 115, 116, 851, 645 e 646).

Ao Sudoeste: Confronta com a divisa do Município de Faxinal com o Município de Grandes Rios, divisando por duas linhas retas com as distâncias de 4.500,00m e 1.700,00m, divisando pelo Rio São Pedro, medindo em linha reta 1.115,00m, com os lotes do Distrito de nºs 644, 643, 640, 638, 636, 635, 633 e 632.

Ao Nordeste: Confronta com a localidade de Cruzmaltina, divisando por 8 (oito) linhas retas com as distâncias de 2.100,00m; 2.700,00m; 800,00m; 1.700,00m; 1.950,00m; 1.000,00m e 500,00m. (Os lotes do Distrito de São Domingos são os de nºs 632, 874, 06, 873, 01 e 05, daí divisando pelo Rio Azul (água abaixo) medindo em linha reta 900,00m e por três linhas retas com as distâncias de 600,00m; 800,00m e 1.100,00m, daí pelo Rio Chupador (água acima) medindo em linha reta 1.800,00m, e por oito linhas retas com as distâncias de 850,00m; 300,00m; 850,00m; 300,00m; 1.000,00m; 200,00m; 1.150,00m; e 850,00m, confrontando com os lotes da localidade de São Domingos de nºs 96, 98, 277, 278, 289 e 290, e com a localidade de Cruzmaltina, pelos lotes de nºs 195, 194, 279, 280 e 288.

Ao Nordeste: Confronta com o Município de Borrazópolis, divisando pelo Córrego Lajeado (água abaixo), medindo em linha reta até o marco PP 5.100m; fechando a poligonal do perímetro do Distrito de São Domingos em 56.100,00m.

III — DISTRITO DE CRUZMALTINA — Ao Sudoeste: Inicia em marco de cerne PP, cravado no ponto comum com o lote de nº 632, da localidade de São Domingos e Primavera, e com o lote de nº 795, da localidade de Cruzmaltina, e com o Rio São Pedro. Daí confronta com a localidade de São Domingos e Primavera com os lotes de nºs 632, 874, 05, 873, 01, 95, 96, 98, 277, 278, 289 e 290. Os lotes do Distrito de Cruzmaltina são os de nºs 795, 830,872, 93, 04, 197, 195, 280 e 288, divisando por oito linhas com as distâncias de 2.100,00m; 2.700,00m; 800,00m; 1.700,00m; 900,00m; 1.950,00m; 1.000,00m e 500,00m; divisando pelo Rio Azul (água abaixo) medindo em linha reta 900,00m, por três linhas retas com as distâncias de 600,00m e 1.100,00m, divisando ainda pelo Rio Chupador (água acima) em linha reta com 1.800,00m e divisando com as distâncias de 850,00m; 300,00m; 1.000,00m; 200,00m; 1.150,00m; e 850,00m.

Ao Nordeste: Confronta com o Município de Borrazópolis, divisando pelo Córrego Lajeado (água acima) até a sua cabeceira medindo em linha reta 3.700,00m, ligando diretamente com a divisa antiga em linha reta com 500,00m, até encontrar-se com o Corregozinho Guararema, daí por uma linha reta até a barra do Ribeirão Três Barras, com o Rio das Antas, em uma distância de 4.050,00m; divisando com o Rio das Antas em uma distância de 900,00m. (A numeração dos lotes são: 288, 287, 286, 294, 296, 295, 297 e 122).

Ao Nordeste: Confronta com a localidade de Nova Altamira e com os lotes de n.ºs 121, 119, 693, 827, 889, 819 e 917, da localidade de Cruzmaltina, com os lotes de n.ºs 122, 123, 305, 303, 222 e 221, divisando por 3 (três) linhas retas com as distâncias: (do Rio das Antas até o lote de n.º 817) 2750,00m e 5.150,00m. Confronta com a divisa do Município de Faxinal com os lotes da localidade de Cruzmaltina de n.ºs 221, 220, 219, 865, 48, 49, 74, 72, 36, 717, 718, 720, 721, 842 e 761, divisando por 17 (dezesete) linhas com as distâncias de 1.500,00m; 700,00m; 1.050,00m; 630,00m; 300,00m; 1.450,00m; 650,00m; 600,00m; 1.350,00m; 750,00m; 300,00m; 1.450,00m; 1.500,00m; 750,00m e 1.000,00m.

Ao Sudoeste: Confronta com a divisa do Distrito da sede de Faxinal com os lotes do distrito de n.ºs 761, 762, 763 e 795, divisando pelo Rio São Pedro até o ponto PP, medindo em linha reta 3.900,00m. Fechando o poligonal do Distrito de Cruzmaltina em 59.380,00m.

IV — DISTRITO DE NOVA ALTAMIRA — Ao Sudoeste: Confronta com a localidade de Cruzmaltina com os lotes de n.ºs 221, 222, 303, 305, 123 e 122, e com os lotes de n.ºs 817, 819, 889, 827, 693, 119 e 129, deste Distrito divisando por três linhas retas com as distâncias de 5.150m, 150m e 2.750m.

Ao Norte: Confronta com o Município de Borrazópolis, com os lotes do distrito de n.ºs 121, 120 e 117, divisando pelo Rio das Antas, até a barra do Rio Piaímirim, medindo em linha reta 4.100m, confronta daí com o Município de Marilândia do Sul, até o ponto comum com os lotes de n.ºs 587 e 188; com o Rio das Antas com os lotes de n.ºs 117, 118, 155, 150, 153, 189, 822 e 587, deste Distrito, divisando com o Rio das Antas em uma distância de 5.750m.

Ao Noroeste: Confronta com o Município de Marilândia do Sul, com os lotes de n.ºs 188, 187, 183, 182, 353, 352, 355, 356, 257 e 387, deste Distrito, divisando com o Rio das Antas medindo em linha reta 6.700m.

Ao Sudoeste: Confronta com a divisa do Município de Faxinal, e os lotes de n.ºs 487, 489, 592, 591, 859, 615, 810, 820 e 817, deste distrito divisando por três linhas retas com as distâncias de 1.250m, 950m e 600m; daí por um correzinho divisando por uma linha reta de 250m e novamente por cinco linhas retas de 2.400m; 450m; 1.650m; 600m; e 1.400m, pelo Rio Três Barras com as distâncias de 150m e 350m, e por 6 (seis) linhas retas com as distâncias de 650m; 450m; 850m; 2.000m e 1.950m, onde encontra-se o marco de partida PP. Fechando o poligonal do Distrito de Nova Altamira, em 40.550m.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

COMISSÃO ESPECIAL PROJETO DE LEI Nº 116/79

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, o presente Projeto de Lei nº 116/79, tem por finalidade criar no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Nova Altamira, com sede nas localidades do mesmo nome e divisas que especifica.

Analisando-se a documentação que acompanha o processo, deparamos que as exigências previstas pelo Art. 9º da Lei Complementar nº 2, e 18/06/73, estão comprimidas, ou senão vejamos:

I — fls. 9 - Lei nº 155 - da Câmara Municipal de Faxinal, aprovando representação do Sr. Prefeito Municipal a esta Casa, propondo a criação dos Distritos;

II — fls. 17 — Mapa descritivo das divisas dos Distritos

cuja criação está se propondo;

III — fls. 18 — Certidão do IBG, com estimativa sobre domicílios e população nas localidades que se pretende sejam elevadas a Distrito; e,

IV — fls. 19 a 21, com elementos comprovantes do número de eleitores e da população nas aludidas localidades.

Com isso, quer nos parecer que esta Casa está em condições de aprovar a matéria, já que não há qualquer óbice, quer legal ou constitucional que possa impedir a sua tramitação normal no âmbito deste Legislativo.

Assim o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Jurandir Messias, Presidente; Aguinaldo P. Lima, Relator

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Campagnoli, ocorrido em Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da carta escrita no exílio, pelo ex-Governador de Pernambuco, Sr. Miguel Arraes. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitem queiram levantar-se. (Pausa) 19 Srs. Deputados aprovam; 19 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado o requerimento.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, enviando voto de solidariedade pelo mesmo ter dado posse aos vereadores cassados e anistiados. — **Em votação.**

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fizemos este requerimento para ser remetido um voto de solidariedade ao Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Sr. Leon Guatemozin, em virtude de o mesmo, com o advento da Lei de Anistia, ter dado posse aos vereadores daquela Casa que haviam sido cassados por um ato de força na vigência do Ato Institucional 5. E entendemos que esta solidariedade deve ser remetida por esta Casa, porque, com a votação do Projeto de Anistia, tiveram o seu mandato devolvido de pleno direito, não havendo na lei que passou pelo Congresso Nacional, nada que impeça que os mesmos fossem reintegrados no mandato, na Câmara Municipal de Porto Alegre.

E tanto é verdade isso, que a Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a Justiça Eleitoral, até o presente momento não foi acionada para que eles tivessem o seu mandato destituído. E tanto é verdade que até o Ministério da Justiça, até o presente momento, recuou do seu propósito para que eles tivessem o seu mandato novamente cassado. Então entendemos que este voto, nada mais faz do que justiça àqueles eminentes Vereadores Glênio Peres e Marcos Klasmann, que tiveram devolvido o seu mandato, novamente naquela Casa reintegrados.

E convocamos os companheiros da nossa bancada, como também a Bancada da ARENA, que vote favoravelmente a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar) Sr. Presidente, tão somente para que esta Casa seja conclamada neste instante por nossa pessoa, também para aprovação deste requerimento, uma vez que a própria fundamentação jurídica até agora não foi encontrada, para buscar-se o caminho correto, buscando o impedimento de que tais vereadores conseguissem os seus lugares na Câmara de Vereadores da capital gaúcha.

Obviamente a lei, quando surge, procura sempre beneficiar-se na lei penal e em todos os sentidos, especificamente, leis tipo da anistia, beneficiar aqueles que são considerados até então infratores, desta ou daquela lei de exceção política ou de qualquer cunho existente.

No entanto, se a lei beneficia o réu e inclusive é retroativa, se a Lei da Anistia veio atingir no caso os Vereadores, que desde então estão anistiados, é lógico que cessou todos os seus possíveis efeitos, até então punidos pela Lei de Segurança Nacional, que foram objeto de cassação.

Além do mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o fato gerador da punição não existe mais. Não existindo mais o fato gerador da punição, devem ser reintegrados, porque o mandato ainda existe, dada a atual vigência daquele período legislativo.

Além do mais, Sr. Presidente - e aqui faço uma convocação aos Deputados do outro partido, o próprio Prefeito da capital gaúcha, o próprio Prefeito de Porto Alegre, definiu-se contrariamente a qualquer medida que viesse impedir a presença dos dois vereadores cassados na Câmara do Município. Chegou ao ponto de definir, tomar-se medidas ou buscar-se impedir, que Marcos Klasmann e Glênio Peres assumam suas cadeiras na Câmara de Vereadores, eu saírei da Prefeitura de Porto Alegre. Palavras daquele Prefeito.

Por outro lado, a própria Assembléia do Rio Grande do Sul, mesmo através da bancada arenista, embora lá minoritária, definiu-se de que não tomaria nenhuma medida. E vemos também, todos os segmentos do Governo, os próprios órgãos governamentais, o próprio Ministério da Justiça, já tomando uma posição passiva e deixando as coisas como estão. Por essa razão, o bom senso está a indicar que este requerimento merece o acatamento, até porque trata-se de uma solidariedade com Poder Legislativo como este.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem Revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento subscrito pelo nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deferido o requerimento. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se (Pausa).

18 Srs. Deputados aprovam; 19 Srs. Deputados rejeitam.

Rejeitado

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade e apoio ao movimento grevista iniciado pelos motoristas de caminhões de transportes do Município de Mal. Cândido Rondon. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes ao INCRA e ao ITC, encarecendo imediata intervenção em relação à problemática dominial da zona suburbana de Pouso Frio, Município de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de que interfira junto às autori-

dades federais, a fim de incluir, na relação das localidades cujos postos de gasolina abrirão aos domingos, os Municípios de Paranaguá, Matinhos, Guaratuba e Antonina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo instalação de Posto Telefônico na localidade de Novo Sobradinho, Município de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, reivindicando a elevação da Comarca de Capanema de Entrância Inicial para Intermediária. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Educação, no sentido de que seja criada uma Inspeção de Ensino no Município de Capanema. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, visando a implantação do sistema DDD na cidade de Antonina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, com o apoio do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes ao Ministério do Trabalho e às Lideranças do MDB e ARENA com assento no Congresso Nacional, quanto à política salarial ora em reestudo, para que os reajustes salariais sejam trimestrais. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Srs. presidente do INAMPS e INPS, visando a instalação de uma representação do refrido órgão no Município de Mangueirinha. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes contendo votos de congratulações pelo 11º aniversário de fundação do "Grupo Independência de Alcoólatras Anônimos. - A.A.", e aos demais grupos da Capital e do Interior. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo sua intervenção junto às autoridades competentes, visando tornar sem efeito a ordem de paralização das atividades do porto fluvial existente no Rio Paraná, Município de Altônia, durante os períodos noturnos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autora do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 14º aniversário do jornal "Tribuna Platinense". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, visando o retorno do patrulhamento nos cinemas de nossa Capital, e que tal tipo de serviço seja efetuado, de preferência pela Polícia Feminina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da Mensagem da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, a respeito do "Dia da Imprensa".

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Os Cinquenta anos de Sucesso do Banco do Estado do Paraná", de autoria do jornalista J. Garcia Redondo. — **Aprovado** (O artigo acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, lido da tribuna em sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Diário do Paraná, pelo excelente trabalho que vem publicando sobre economia, como matéria de responsabilidade do jornalista Luiz Augusto Kuk. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 158/78. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do FIDES, encarecendo a doação de um veículo para o transporte dos alunos da Escola Santa Rita, de Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo daquelas autoridades a celebração de um Convênio de Cooperação entre o DETRAN e o Município de Nova Esperança, referente a tráfego municipal. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de apelo, visando a instalação de um Posto de Rádio Patrulha no Bairro de Santa Quitéria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes a diversas autoridades, visando o estabelecimento de um plano para atrair indústrias que aproveitem a matéria prima regional, especialmente indústrias que atuem no campo da industrialização de suínos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Munhoz de Mello à rodovia Santa Fé - Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo Dr. Lourival Santos Lima, na ocasião em que o Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, foi homenageado pelo povo de Ponta Grossa, que lhe conferiu o título de "Cidadão Honorário". — **Aprovado.** (O discurso acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo seja procedido reajuste nos vencimentos dos servidores públicos do Estado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, visando a construção de uma casa escolar na localidade de Buriti, no Muni-

cípio de Laranjeiras do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do INAMPS, para que autorize o credenciamento do Hospital de Conselheiro Mayrink, junto ao FUNRURAL. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, encarecendo a criação de Distritos Policiais na cidade de Cascavel. — **Aprovado** ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de cópia de requerimento já aprovado por esta Casa, em sessão plenária de 20 de agosto do corrente ano, ao Sr. Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal e às Comissões de Agricultura das Assembléias de diversos Estados. — **Aprovado** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de memorial aos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil S/A, encarecendo a instalação de uma agência do referido Banco no Município de Altônia. — **Aprovado** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja expedido convite ao Sr. Diretor do Crédito Rural do Banco do Brasil, com a finalidade de proceder palestra sobre o crédito rural, no Poder Legislativo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Faci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de ofício ao Banco do Brasil, encarecendo a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito no Município de Altônia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Educação e Prefeito Municipal de Cascavel, encarecendo-lhes medidas cabíveis para a reabertura da Escola "Presidente Dutra", localizada no Distrito de Lindoeste, Município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a anexação dos Projetos de Resolução nºs 64, 65 e 66/79, aos Projetos de Lei nºs 58/79, 54/79 e 57/79, por versarem sobre matérias análogas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à PARANATUR, encarecendo melhores condições para as praias do nosso litoral. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Fundação Universidade Estadual de Londrina, encarecendo informações a respeito de bolsas de estudo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao INPS, no sentido que, dentro do possível, seja instalado um posto de atendimento em Porto Amazonas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de

autorizar reparos no leito e acostamento da Rodovia BR-376, no trecho Apucarana a Curitiba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de sugestão, no sentido de devolver ao Procurador Geral do Estado ou ao Secretário da Justiça, a lista de classificados até que a Lei nº 7074 seja revista. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 70/77. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao IPE, encarecendo informações a respeito dos pensionistas. — Em discussão.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo providências no sentido de ser efetuada reforma no prédio da Unidade de Ensino de Primeiro Grau Dom Bosco, no Lar Paraná, em Campo Mourão — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que sejam tomadas providências a fim de dotar a Delegacia de Polícia de Engenheiro Beltrão de uma viatura. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, com o apoio do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Resolução nºs 63, 84, 85, 86 e 87/79. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 119/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, encarecendo providências no sentido de ser estendida a rede de energia elétrica na localidade denominada Alto São João, no Município de Roncador. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Sr. Juiz de Direito Mélio Urdan, pela sua atuação no caso que vitimou operário, no Rio de Janeiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Secretário de Segurança Pública, visando melhor policiamento para a Escola Correccional Queiroz Filho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, pela realização da I Olimpíada a nível inter-escolas, dentro das festividades da V Semana de Atividades. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao

Colorado Esporte Clube, pela conquista do Vice-Campeonato Paranaense de Futebol. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao Coritiba Futebol Clube, pela conquista do Bi-Campeonato Paranaense de Futebol — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apelo ao Itamarati, no sentido de que interceda junto ao Governo paraguaio, pela imediata libertação do ex-Deputado Domingo Laino. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a implantação de um monocal, no Distrito de Mandiocaba, Município de Paranavaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministros da Educação e do Planejamento, encarecendo providências no sentido de liberação de recursos financeiros à Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel", de Bandeirantes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação e demais autoridades, encarecendo empenho no sentido de eliminar a crise financeira que ora enfrenta a Fundação Faculdade de Agronomia "Luiz Meneghel" da cidade de Bandeirantes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, em forma de apelo, no sentido de que informe, sobre o número de aposentadorias requeridas com os benefícios das Leis nºs 6762 e 7.071. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministro da Agricultura e Secretário da Agricultura, sugerindo a criação de "cinturões verdes" nos principais centros urbanos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 104/77, 41/79, 100/79 e 116/79;

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 10/78, 106/78, 37/79, 60/79, e dos Projetos de Resolução nºs 83/79, 84/79, 85/79, 86/79 e 87/79.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO
DAVID FEDERMANN, EM SESSÃO DO DIA 18 DE
SETEMBRO DE 1.979.

DISCURSO PROFERIDO PELO SENHOR LOURIVAL SANTOS LIMA, EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

"Excelentíssimas Autoridades Cíveis, Militares e Eclesiásticas do Estado do Paraná e do Município de Ponta Grossa. Meus Senhores e Senhoras.

Excelentíssimo Senhor Desembargador MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Decerto, pela simples e indeclinável condição de decano dos Serventuários da Justiça de Ponta Grossa e quicá do Paraná, é que estou aqui, Senhores, para cumprir agradável incumbência, no ostentar, em nome de nossa harmoniosa Família Forense, a grata satisfação de dirigir-me a Vossa Excelência, um dos mais competentes e estimados Juizes da Comarca de Ponta Grossa, e hoje, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

Após a merecida honraria, com que esta cidade vem de engalanar-lhe a brilhante carreira forense, ofertando-lhe o nobre título de "Cidadão Pontagrossense", eis que, agora, nos cabe recebê-lo, para testemunhar-lhe o nosso apreço e amizade, em convívio íntimo e festivo, de há muito nascido, quando Vossa Excelência ocupara a direção do Fórum pontagrossense, notabilizado por tantos magistrados cultos e modelares, desde Edson Nobre de Lacerda e Joaquim Meneleu de Almeida Torres, de saudosa memória, e os quais logrei admirar, quando, como Promotor Público, passei a residir aqui.

Ponta Grossa, em verdade, sempre soube prezar os homens de nossa Justiça. E oportuno é lembrar, neste passo, o ano de 1.953, - há um quartel de século - quando, entre nós, fora homenageado o Poder Judiciário paranaense, na pessoa do então Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Munhoz de Mello, o qual tive também a honra de saudar. Então, disse eu:

"... ao Juiz cabe sempre enobrecer-se pelo amor popular, exteriorizando a todos prudência fria, na apreciação dos fatos, o que inspira confiança, que é tudo, em todo aquele que espera Justiça. Como a oração, no sacerdote, quer a felicidade espiritual de todos, a sentença, no juiz, quer a Justiça humana para todos. Como o sacerdote, também, o juiz é apreciado, se as palavras são confirmadas pelas ações, e sua pessoa é norteadada, incorruptível e sumamente, pelo amor metafísico da Justiça. Daí a magnitude dos bons juizes e a miséria dos maus. Pois quando falhar a Justiça, tudo está perdido: onde há a sociedade, aí está o direito, mas onde não há juizes, não há Justiça. Felizes dos povos em que os juizes se fazem dignos da Justiça, e onde, em boa verdade, pode dizer-se que o juiz é a Justiça".

Essa identificação fatal do homem com sua atividade social, na judicatura, mais que em outra profissão, que eu prefiro chamar de missão, como a do mestre, é o que faz a superioridade moral do magistrado e fundamenta-lhe a ética profissional: pois se o Juiz não é a Justiça, não poderá fazê-la.

Acima das influências irresistíveis e extremistas da política, do desenvolvimento tentador da parentela e da convivência social, ou dos interesses menos nobres - o juiz deve pairar inatingível, se quiser verdadeiramente ser juiz.

Vossa Excelência - Desembargador Marino Bueno Brandão Braga - é dos que conseguiram possuir-se do amor da Justiça, vivê-la intensamente, humanizando-a com a virtude suave da equidade, que aproxima o homem de Deus, para inspirar-lhe o sol purificador da Caridade, superação da própria Justiça.

Vossa Excelência é exemplo vivo a seus nobres Colegas e a todos nós, para que acreditemos na Justiça, apesar das injustiças, e esperemos a equidade, apesar das iniquidades, e cultuemos a Caridade, apesar do egoísmo, que faz a infelicidade do mundo imperfeito, em que vivemos e morremos.

Oxalá Vossa Excelência continue assim, para que, de futuro, muitos Marinos venham enobrecer, com a mesma superioridade

moral e o mesmo grande coração, a cúpula do Poder Judiciário do nosso Paraná.

Assim, pois, queira Vossa Excelência, aceitar placa de homenagem e amizade da Família Forense de Ponta Grossa".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS, EM SESSÃO PLENÁRIA DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 1.979.

"OS CINQUENTA ANOS DE SUCESSO DO "BANCO DO ESTADO DO PARANÁ

Muito se vem escrevendo e comentando em torno do jubileu de ouro do Banco do Estado do Paraná S/A, que, através os anos vem semeando por todos os rincões desta abençoada e dadivosa terra - o nosso Paraná - Estado celeiro do Brasil.

Mas, é forçoso que se reconheça que o BANESTADO ganhou um novo e formidável impulso a partir de 1.961, quando assumiu, pela vez primeira a chefia do Executivo paranaense, este notável líder e incansável trabalhador pelo progresso, Ney Aminthas de Barros Braga - hoje novamente ocupando com muita satisfação para o povo paranaense, o comando administrativo da terra dos ondulantes cafezais - da soja, do trigo, do milho, do arroz, do feijão, da cana-de-açúcar, onde crescem os soberbos pinheirais, tudo isso representando imensas fontes de riqueza e bem-estar.

Mas, voltemos ao assunto que motiva a nossa presença nas páginas alcantiladas da "Gazeta do Povo" - o mais conceituado e lido matutino do Paraná: o nosso estabelecimento oficial de crédito - o Banco do Estado do Paraná S/A, com meio século de fecundas atividades, pretendendo relevar assim um dos mais importantes detalhes dessa formidável entidade financeira, - hoje uma potência que leva tranqüilidade aos lavradores e pecuaristas, comerciantes e funcionários públicos e a todas as camadas, enfim, da ordeira população que aqui vive e trabalha.

O Banco do Estado do Paraná atende a tudo e a todos, indistintamente, propiciando crédito fácil e rápido, dinamizando a coisa pública, na atenção que dá aos quase trezentos municípios de nosso Estado, células vivas do Paraná - e partículas de grandeza de um todo - que é o nosso imenso e venturoso Brasil.

Mas, qual o detalhe mais importante - que impeliria o comentarista - a sair do seu anonimato de alguns anos - e dedicar na velha "Remington" estas linhas, em espaço 2"?

É a revelação de um segredo - que para muitos já deixou de ser tão segredo assim... o Banco do Estado do Paraná tem coração. Um coração que pulsa - que se agita - que vive, de verdade, sem se expor às enfermidades cardíacas, por que é um coração forte e vigoroso - que possui tanto de amor e de compreensão quanto de cifras, em cruzeiros novos. Milhões, muitos milhões em depósito é uma verdadeira fábula em dinheiro depositado nas cadernetas de poupança - e muito mais ainda, em investimentos saudáveis e altamente parunistas.

E que os Presidentes, superintendentes, Diretores de todo o conglomerado, os gerentes e sub-gerentes de agências - disseminadas por todo o Estado) e seus servidores, de um modo geral, desde o mais categorizado ao mais humilde, abraçaram um só e esplêndido ideal:

O de bem servir - o atendimento pronto e o sorriso de simpatia que convida o cliente a um bate-papo informal, formulando suas solicitações - ou pedindo uma modesta prorrogação de prazo para um "papagaio" já vencido - coisa corriqueira, nestes dias de ingentes dificuldades - quando se inicia, em todo País, a grande batalha para o combate à inflação.

As diretorias que se sucedem, nos anos e nos lustros que já venceram, resolveram fazer do Banestado uma entidade creditícia humana, capaz de fugir das rígidas coordenadas do

sistema financeiro vigente, para compartilhar com o povo e em especial com os seus clientes, das horas de infortúnio e do peso amargo das referidas dificuldades.

Ontem, como hoje, a preocupação maior sempre foi esta: a de dar a este organismo oficial de crédito, um aspecto salutar e elogiável que ultraçssa as barreiras limitadas e cruentas da contabilidade seca - do deve e do haver - e em partidas simples ou dobradas, para se estender, muito além do horizonte financeiro, e atingir metas de humanismo, criando, ainda, recentemente, para consolidar tudo o que já foi feito no passado, a Diretoria de Recursos Humanos, a cuja frente se encontra o Sr. Felipe Aristides Simão, valoroso ex-combatente e reconhecidamente um homem simples e bom.

Desde Maximo Kopp, de tão saudosa memória, relembra-se sempre com estima, saudade e respeito, até o atual Presidente o Prof. e financeista Jucundino Furtado, passando por Algacyr Guimarães, Jayme Canet Júnior, Afonso Alves de Camargo Neto, Emílio Gomes, ao sorriso largo e franco de um Celso da Costa Sabóia, homem sisudo, mas possuidor de imensa bondade e alto espírito humanitário, todos eles, preocupados em seguir a linha mestra traçada pelos fundadores do Banco: servir sempre e o melhor possível. Só eles teriam perseguido este magnífico objetivo? Não, muitos outros, no segundo ou no terceiro escalão de serviços: Gerentes de Agências, Gerentes Adjuntos, Caixas, funcionários da Contadoria, do Serviço Jurídico, os de ligação com a imprensa e o serviço de relações públicas, todos afinados no mesmo diapasão e com a mesma esplêndida disposição de bem servir.

Vamos citar aqui, entre outros, Nilo Biazetto, Sr. Boscardim (hoje Diretor do D.E.C), Srs. José Ricci e Ismael Petters (aposentados), o dinâmico assessor de diretoria, Walmar Picolli, para afinal, com toda a estima, estendermos nossos cumprimentos aos funcionários da Agência Centro Cívico, moças e rapazes que ali dedicam o melhor dos seus esforços no sentido do prestígio da casa em que trabalham: o nosso Banestado.

Na pessoa sempre amável do Cassiano, na figura singular do Puppi, e afinal, na pessoa do Sr. Glacy Bertolotti, Gerente da Agência Centro Cívico, cuja cabeça prateada, ao longe se distingue, e cuja bondade se esconde sob uma feição até um tanto austera e grave, queremos cumprimentar toda essa gente boa e saudá-los, bem como aos Diretores e Presidente do Banco do Estado do Paraná, não só pelos cinquenta anos já completados, mas pelo fato que aqui revelamos: um Banco oficial de crédito que tem coração, que pulsa, que vibra, e que recolhe anseios e procura minimizar as dificuldades (embora momentâneas) de seus clientes, que são também seus amigos".

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 515/79

atribuir ao funcionário ALBERTO MIGUEL, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da 2a. Secretaria, a partir de 1.º de agosto de 1.979.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 516/79

atribuir aos funcionários FRANCISCO DE OLIVEIRA BINI, JOÃO FARINHAK e RUBENS DAMAS, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a Função Gratificada, símbolo 5-F.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de setembro de 1.979.

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente
BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário
DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 669/79

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 620/79, à funcionária MARIA HERCÍLIA CÂMARA CONTER, matrícula n.º 426, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

PORTARIA N.º 670/79

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 646/79, ao funcionário ODAHIR COSMOS, matrícula n.º 575, ocupante do cargo de nível PL"21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

PORTARIA N.º 671/79

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

BRIÍDA LOBO KOLAROVICS — Mat. 556

MARIA DE LOURDES SANTOS — Mat. 561

PORTARIA N.º 672/79

conceder à funcionária RITA SOARES BERTOLI, matrícula n.º 052, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 06 de maio de 1.979, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

PORTARIA N.º 673/79

transferir para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, à funcionária IBANEZA SANTOS SALLES, matrícula n.º 122, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

PORTARIA N.º 674/78

conceder ao funcionário JOÃO CAXIAS URBAN, matrícula n.º 408, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 09 de novembro de 1.978, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%), de acordo com o Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

PORTARIA N.º 675/79

conceder ao funcionário CELSO ARAÚJO JÚNIOR, matrícula n.º 489, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 03 de setembro de 1.979, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento (20%), de acordo

com o Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970.

PORTARIA N.º 676/79

marcar para o período de 15 de outubro a 14 de novembro de 1.979, as férias concedidas pela Portaria n.º 446/78, ao funcionário WILFRIED KOESTER, contratado deste Poder.

PORTARIA N.º 677/79

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de DULCÍDIO CALDEIRA JÚNIOR, matrícula n.º 042, ocupante do cargo de nível PL"29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.978, que deixou de gozar; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei n.º 6.174, a partir de 02 de agosto de 1.976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

PORTARIA N.º 678/79

autorizar BOANERGES DE MENEZES CALDAS, matrícula n.º 268, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Legislativo, a partir de 1.º de setembro de 1.979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de setembro de 1.979.

ELOI MEZZADRI

DIRETOR GERAL designado

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
9ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e nove, às dez e trinta horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, especialmente convidado para estudos do PROJETO DE LEI N.º 95/79, que dispõe sobre os Professores Suplementaristas. Presentes os Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Presidente da Comissão, Airton Cordeiro, José Tavares, Luiz Alberto de Oliveira e Renato Bernardi, de acordo com a Resolução nº 327/77, Senhores Professores convidados: Heráclito Machado Sandano, Presidente do Conselho de Representantes de Professores do Paraná, José Maria Pegoraro, Izaias Ogliari, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, Cleto de Assis e Eliud José Borges, Assessor da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, bem como o Senhor Assessor, Dr. Itiberê da Cunha e o Ser-

viço de Taquigrafia da Casa. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença dos Senhores Professores representantes das entidades de classe e solicitou, para melhor coordenação dos trabalhos, que cada representante de classe fizesse exposição de suas reivindicações no prazo de dez minutos. Os Senhores Professores Presidentes das Associações, agradeceram o convite para participação nos trabalhos. Para início dos trabalhos, falou o Professor Izaias Ogliari, Presidente da Associação dos Professores do Paraná, que reivindicou um Substitutivo Geral ao projeto de lei, uma vez que são muitas as alterações. A seguir falou o Sr. Professor Heráclito Machado Sandano, Presidente do Conselho de Representantes de Professores, que fez suas explanações com pontos convergentes a do Professor Izaias. Para conclusão dos esclarecimentos falaram os Professores José Maria Pegoraro e Eliud José Borges, que endossaram as reivindicações feitas pelos seus colegas. A seguir, o Senhor Deputado Airton Cordeiro esclareceu que o Projeto de Lei nº 95/79, foi oriundo de um requerimento apresentado em plenário, em conjunto com o Deputado Augusto Carneiro, sugerindo ao Poder Executivo o aproveitamento dos Professores Suplementaristas, e em nenhuma hipótese para solucionar o problema da efetivação do 2.º padrão do Professor do Ensino Médio, o que ocorre agora. Esclarece, ainda, o Senhor Deputado Airton Cordeiro que não há possibilidade de efetivação do Professor dentro do Quadro Próprio do Magistério, como pretende a classe, o que seria inconstitucional. Foram debatidos ainda, os problemas dos: Professores de Nível Universitário, o Concurso Classificatório, o Professor Suplementarista dentro da atual Lei nº 6.508 (Pessoal Suplementar), o Concurso de Promoção ocorrido no ano passado, os pedidos de elevação de nível protocolados pelos 2.600 Professores, os registros de diplomas dos Professores que têm apenas certificado de conclusão do 2º grau profissionalizante, a legalidade do 2º padrão no Magistério e a transposição do professor. Concluindo os debates decidiu-se que as principais reivindicações foram as seguintes: 1).— Aproveitamento dos professores Suplementaristas que lecionaram até 1.975, e que, sem culpa, não obtiveram aulas suplementares nesses últimos anos; 2).— Efetivação dos Professores Suplementaristas dentro do Quadro Próprio do Magistério e não no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo (Art. 1º, do Projeto de Lei). 3).— Aproveitamento dos Professores Suplementaristas que tenham vínculo com o Estado e estejam ministrando aulas extraordinárias, que são as aulas suplementares, fazendo assim a verdadeira profissionalização do professor. 4).— Reexame do número de aulas semanais, pois a carga horária prevista no projeto de lei deixa o Magistério em segundo plano; 22 aulas semanais é uma carga horária adequada. Encerrando, o Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira indagou dos Senhores Representantes de Classe, se aceitariam o 2º padrão dentro do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo. Os Senhores Representantes declararam que melhoraria a situação, mas não resolveria. O Senhor Presidente encerrou a reunião declarando que as sugestões serão levadas ao Senhor Governador do Estado, para verificação do que será possível fazer, sugerindo uma mensagem aditiva o que iria conciliar, mas esclareceu que as reivindicações devem ser feitas, estudadas e atendidas por etapas. Agradeceu a presença de todos e solicitou ao Senhor Deputado Airton Cor-

deiro um relato do que foi tratado, para apresentar na audiência com o Poder Executivo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e

por mim, Rita Soares Bertoli, Secretária desta Comissão.

(aa) Deputado GILBERTO CARVALHO
Presidente
RITA SOARES BERTOLI
Secretária